

# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

001

## DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Secretaria/Órgão: SECRETARIA DE CULTURA
Responsável pela demanda: TAYNARA SILVERIO DE OLIVEIRA SANTOS
<b>SÍNTESE DO OBJETO:</b> <b>LOCAÇÃO DE 01 (UM) SALÃO COMERCIAL, ENCRAVADO SOBRE O LOTE 01, DA QUADRA 50, LOCALIZADO NA AVENIDA PEDRO AMARO DOS SANTOS, EM ALTO PARAÍSO - PR, COM A FINALIDADE PARA FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE PINTURAS E OUTROS DESTINADOS A SECRETARIA DE CULTURA.</b>
<b>Justificativa da necessidade:</b>  A presente contratação abrange demanda para locação de um imóvel urbano a fim de proporcionar aos alunos que freqüentam as aulas de pinturas, violão e outros, um ambiente adequado e ideal para a execução das aulas que são oferecidas através da secretaria de Cultura, visando garantir a qualidade do ensino dos alunos.

Descrição e quantidade:

Item	Unidade de medida	Especificação	Quantidade
01	SERV	LOCAÇÃO DE IMÓVEL	12 MESES

Valor estimado da contratação: R\$ 1.066,25 (Hum Mil, Sessenta e Seis Reais e Vinte e Cinco Centavos) mensal, totalizando o valor anual de R\$ 12.795,00 (doze mil setecentos e noventa e cinco reais).

Local de entrega/prestação do serviço: Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/PR.

Gestor do Contrato: TAYNARA SILVERIO DE OLIVEIRA SANTOS

Fiscal do Contrato: EUDINETE DA SILVA PEDROTA

Prazo para pagamento: Mensal

Vinculação com outra contratação: Não.

Alto Paraíso-PR., 02 de Abril de 2024.

Aprovo em 02 de Abril de 2024.

TAYNARA SILVERIO DE OLIVEIRA SANTOS

Secretária de Cultura



# **Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR**

**CNPJ 95.640.736/0001-30**

**CEP 87528-000**

**Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320**

**e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br**

002

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2024**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2024**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR**

**OBJETO:** LOCAÇÃO DE 01 (UM) SALÃO COMERCIAL, ENCRAVADO SOBRE O LOTE 01, DA QUADRA 50, LOCALIZADO NA AVENIDA PEDRO AMARO DOS SANTOS, EM ALTO PARAÍSO – PR, COM A FINALIDADE PARA FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE PINTURAS E OUTROS DESTINADOS A SECRETARIA DE CULTURA.

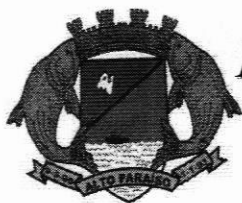
## **TERMO DE REMESSA**

Nesta data faço remessa dos autos aos servidores designados para fins específico de avaliação, conforme portaria nº 271/2023, para faça levantamento de preço do objeto a ser licitado.

Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso –PR.

00 dias do mês de Abril de 2024.

**VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN**  
**Agente de Contratação**



**Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR**

**CNPJ 95.640.736/0001-30      CEP 87528-000**

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

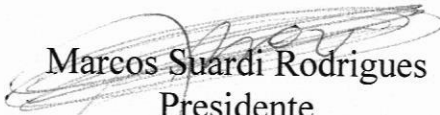
003

## PARECER DE AVALIAÇÃO

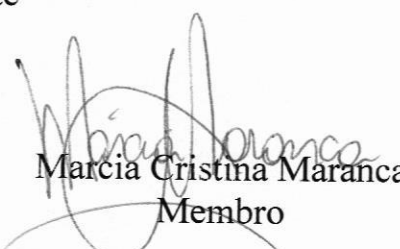
A Comissão especial com a finalidade de levantamento e Avaliação de Bens Móveis, Imóveis, de Domínio Público e outros, designada através da portaria nº 271/2023, com data de 29/11/2023, publicada no diário oficial deste município (Umuarama Ilustrado) em data de 30/11/2023, edição de nº 12.887. A fim de avaliar o Imóvel urbano para locação, o Lote **nº 01**, da Quadra nº 50, com área total de 397,50 m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 121982, do Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Xambrê, Estado do Paraná, em nome da Sra. Lucinéia Carvalho Queiroz de Oliveira. Chegamos à conclusão como segue:

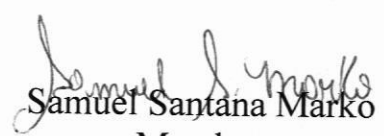
Após visita “in loco” desta comissão de avaliação de bens, atribuímos o valor de mercado do referido imóvel para locação é de R\$ 1.066,25 (Hum Mil, Sessenta e Seis Reais e Vinte e Cinco Centavos) mensais.

Alto Paraíso - PR., 03 de Abril de 2024.

  
Marcos Suardi Rodrigues  
Presidente

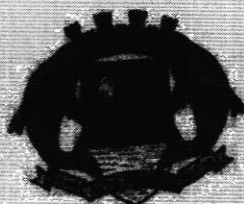
  
Valdecir Alves de Lima  
Secretario

  
Marcia Cristina Maranca  
Membro

  
Samuel Santana Marko  
Membro

  
Gelleard Americo Dalla Bernardina  
Membro





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

004

**PORTARIA N.º 271/2023**

**DATA: 29/11/2023**

**AUTORIA:** Executivo Municipal

**SÚMULA:** Nomeia membros da Comissão Permanente de Avaliação e Reavaliação de Bens e Imóveis, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

1º) Nomeia os abaixo relacionados para comporem a Comissão Permanente para Avaliação e Reavaliação de Bens Imóveis, com a finalidade de reavaliarem bens imóveis que se fizer necessário a esta Municipalidade:

Presidente: Marcos Suardi Rodrigues;

Secretário: Valdecir Alves de Lima;

Membros: Marcia Cristina Maranca –CREA-PR – 95495/D;

Samuel Santana Marko;

Gelleard Américo Dalla Bernardine

2º). Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

3º). Fica revogada a Portaria 321/2019.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso,  
Estado do Paraná, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de Novembro de 2023.

DÉRCIO JARDIM JÚNIOR

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO JORNAL  
UMUARAMA ILUSTRADO  
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO  
EM 30 / 11 2023

Edição N.º 12.887





**Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR**

**CNPJ 95.640.736/0001-30**

**CEP 87528-000**

**Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320**

**e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br**

005

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2024**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2024**

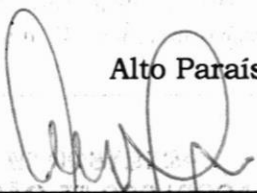
**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR**

**OBJETO:** LOCAÇÃO DE 01 (UM) SALÃO COMERCIAL, ENCRAVADO SOBRE O LOTE 01, DA QUADRA 50, LOCALIZADO NA AVENIDA PEDRO AMARO DOS SANTOS, EM ALTO PARAÍSO – PR, COM A FINALIDADE PARA FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE PINTURAS E OUTROS DESTINADOS A SECRETARIA DE CULTURA.

**TERMO DE RESTITUIÇÃO**

Nesta data, restituo os autos Processo Nº. 008/2024, ao SETOR DE LICITAÇÕES com **PARECER DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS** no qual solicitei.

Alto Paraíso - PR., 03 de Abril de 2024.

  
\_\_\_\_\_  
**VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN**  
**AGENTE DE CONTRATAÇÃO**



# **Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR**

**CNPJ 95.640.736/0001-30**

**CEP 87528-000**

**Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320**

**e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br**

006

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

SIGILO: ( ) Sim ( X) Não

Unidade (s) atendida (s) pelo estudo: Secretária de Cultura

### **1. Necessidade da Contratação**

A presente contratação abrange demanda para locação de um imóvel urbano a fim de proporcionar aos alunos que freqüentam as aulas de pinturas, violão e outros, um ambiente adequado e ideal para a execução das aulas que são oferecidas através da secretaria de Cultura, visando garantir a qualidade do ensino dos alunos.

### **2. Demonstração da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual (quando houver)**

O município não possui o PCA, no entanto se empenhará em elaborar o Plano de Contratações Anual para vigorar em 2025, considerando o Planejamento de Compras Públicas.

### **3. Requisitos da Contratação**

#### **2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3. Prova de inexistência de débitos Trabalhistas — CNDT;

2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do prestador de serviços, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do prestador de serviços, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

#### **3. Outros**

3.1. Cópia da Matrícula Atualizada do Imóvel.

3.2. Declaração de Responsabilidade.

### **4. Estimativas das quantidades para a contratação**

Fica estabelecida, como estimativa para contratação, a prestação de serviços pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura do contrato. Podendo ser prorrogado nos termos da lei 14.133/2021, e havendo concordância de ambas as partes.

### **5. Levantamento de mercado e justificativa da escolha da solução a contratar**

5.1. A justificativa da escolha do imóvel, se caracteriza pelo espaço amplo e adequado para execução dos mais variados cursos que a secretaria de Cultura executa e os eventuais cursos que poderão ser ofertados.

5.2. Em levantamento realizado também foi constatado que não há imóvel público que possa atender a demanda.

### **6. Estimativa de preços ou preços referenciais**

**Consta em anexo ( X )**



## **Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR**

**CNPJ 95.640.736/0001-30      CEP 87528-000**

**Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320**

**e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br**

A estimativa de preços consta em anexo, conforme Parecer de Avaliação, feito pelos membros da portaria nº 271/2023.

### **7. Descrição da solução como um todo**

A locação deste imóvel visa facilitar o atendimento dos beneficiários que irão realizar os cursos disponíveis.

O imóvel deve ser de fácil acesso e bem estruturado.

### **8. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação**

Não se aplica o parcelamento, tendo em vista que o objeto da contratação não é divisível.

### **9. Demonstrativo dos resultados pretendidos**

Pretende-se, com a contratação, auxiliar os munícipes que vão se beneficiar com os cursos ofertados pela Secretaria de Cultura.

Os valores em questão estão dentro dos limites estabelecidos no art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021.

### **10. Providências para adequação do ambiente do órgão**

10.1 O responsável pela fiscalização contratual;

10.2 Conservação e prazo de garantia dos itens em questão;

### **11. Contratações correlatas e/ou interdependentes**

Não há contratação correlata e/ou interdependentes.

### **12. Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras**

Não há impactos ambientais a serem considerados.

### **13. Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina**

Diante do presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela viabilidade e adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. As características e especificidades do objeto, bem como a singularidade dos serviços e necessidade da Administração Pública, demonstraram a necessidade da contratação via Inexigibilidade.

### **Elementos obrigatórios.**

Justificativa para não contemplação dos demais elementos:

Todos os elementos foram contemplados.

Alto Paraíso - Pr., 03 de Abril de 2024.

  
**Elisandra Kelly de Oliveira**

**Matricula: 11096-1**

Assim, solicito que: A CONTRATAÇÃO seja firmada através de processo de:  
( ) Dispensa de Licitação (X) Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no fundamento legal: Art. 74, inciso V da Lei 14.133/21, conforme detalhamento abaixo:

**OBJETO: LOCAÇÃO DE 01 (UM) SALÃO COMERCIAL, ENCRAVADO SOBRE O LOTE 01, DA QUADRA 50, LOCALIZADO NA AVENIDA PEDRO AMARO DOS SANTOS, EM ALTO PARAÍSO - PR, COM A FINALIDADE PARA**





# **Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR**

008

**CNPJ 95.640.736/0001-30**

**CEP 87528-000**

**Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320**

**e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br**

## **FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE PINTURAS E OUTROS DESTINADOS A SECRETARIA DE CULTURA.**

**DETALHAMENTO DO SERVIÇO:** Conforme Item 1 deste Documento de Formalização de Demanda.

**CONTRATADA:** LUCINEIA CARVALHO QUEIROZ DE OLIVEIRA, CPF: 023.835.179-33.

**FORMA DE PAGAMENTO:** Mensal.

**VIGÊNCIA:** 12 (DOZE) MESES da assinatura do contrato.

**BASE LEGAL DA DESPESA:** Art. 74, inciso V da Lei 14.133/21

Que os autos sejam encaminhados para fins de análise e, se for o caso, emissão de parecer jurídico ou técnico, conforme previsto no Art. 72, Inciso — V, da Lei nº 14.133/2021; Que sendo a despesa AUTORIZADA e RATIFICADA pela autoridade competente, seja publicado o extrato nos termos da lei.

Alto Paraíso - PR., 03 de Abril de 2024.

*Taynara S. de Oliveira Santos*

**TAYNARA SILVERIO DE OLIVEIRA SANTOS**  
**Secretaria de Cultura**



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **LUCINEIA CARVALHO QUEIROZ DE OLIVEIRA**  
CPF: **023.835.179-33**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 11:55:35 do dia 18/03/2024 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 14/09/2024.

Código de controle da certidão: **4096.66B8.2049.D5E0**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: LUCINEIA CARVALHO QUEIROZ DE OLIVEIRA

CPF: 023.835.179-33

Certidão nº: 22159844/2024

Expedição: 02/04/2024, às 16:40:02

Validade: 29/09/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LUCINEIA CARVALHO QUEIROZ DE OLIVEIRA**, inscrito(a) no CPF sob o nº **023.835.179-33**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





Estado do Paraná  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Receita Estadual do Paraná

011

## Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual  
Nº 033079870-60

Certidão fornecida para o CPF/MF: **023.835.179-33**  
Nome: **LUCINEIA CARVALHO QUEIROZ DE OLIVEIRA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta certidão engloba pendências do próprio CPF ou pelas quais tenha sido responsabilizado e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como, ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

✓ **Válida até 16/07/2024 - Fornecimento Gratuito**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet  
[www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO**  
**SECRETARIA DE FAZENDA**

012

Certidão Positiva com efeito de Negativa nº

112/ 2024

Proprietário.....: LUCINEIA CARVALHO QUEIROZ DE OLIVEIRA  
CGC/CPF.....: 023.835.179-33  
Endereço.....: RUA JOSUE BALTAZAR RODRIGUES N° 931  
Bairro.....: CENTRO CEP.: 87528000  
Cidade.....: Alto Paraíso  
Estado.....: PR  
Requerente.....: LUCINEIA CARVALHO QUEIROZ DE O

CERTIFICA, para os devidos fins, que o contribuinte acima especificado, encontra-se QUITA com o Município de Alto Paraíso, com relação a Impostos e Taxas Municipais até a presente data, porém faltando quitar a(s) parcela(s) no(s) futuro(s) vencimento(s).

Ficam, todavia, ressalvados os direitos da Subsecretaria Municipal de Receitas e controle de cobrar quaisquer débitos que venham a ser posteriormente apurados.

Código de Autenticidade: 995438788995438

Esta certidão tem validade até: 17 de Abril de 2024

ALTO PARAISO-PR., 18 de Março de 2024

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 7.415.256-2 DATA DE EMISSÃO 18/05/1995

NOME LUCINEIA CARVALHO QUEIROZ DE OLIVEIRA

PERFIL MANOEL BISPO DE OLIVEIRA TEREZINHA CARVALHO QUEIROZ

NACIONALIDADE UNUARANA/PR DATA DE NASCIMENTO 03/07/1977

DESCRIÇÃO COMARCA=UNUARANA/PR.DA SEDE C.MASC 14615.LIVRO=A13.FOLHA=154

Assinado por: Renato Souza Lobo

LEI Nº 7.116 DE 28/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS



Nome LUCINEIA CARVALHO QUEIROZ DE OLIVEIRA

Nº de Inscrição 023835179-33 Data de Nascimento 03/07/77



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DE PARANÁ

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DE PARANÁ

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura

LUCINEIA CARVALHO QUEIROZ DE OLIVEIRA

S  
E  
R  
V  
I  
D  
O

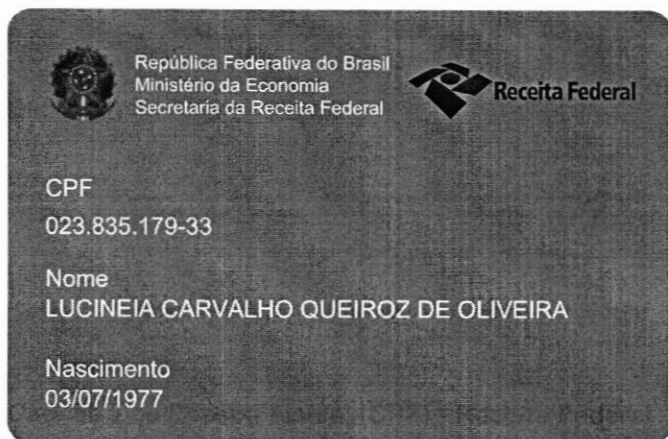
VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 23/04/96

*Handwritten signature/initials*

*Handwritten signature/initials*





REGULAR

Este documentoo digital não pode ser utilizado como documento de identificação.

*[Handwritten signatures and marks]*

Responsável pela Iluminação Pública: Município 4436641046

Classificação:  
B1 Residencial / Residencial

Tipo de Fornecedor:  
Trifásico / 50A

DATAS DE LEITURAS	Leitura anterior	Leitura atual	Nº de dias	Próxima Leitura
	06/02/2024	07/03/2024	30	05/04/2024

Nome: LUCINEIA CARVALHO QUEIROZ DE OLIVEIRA  
Endereço: Av Pedro Amaro dos Santos, 931 - Sobre Loja - Centro  
CEP: 87528-000  
Cidade: Alto Paraíso - Estado: PR  
CPF: \*\*\*.\*\*\*.79-33

UNIDADE CONSUMIDORA

91801664

▲ CÓDIGO DÉBITO AUTOMÁTICO ▲



NOTA FISCAL No. 89803831 - SÉRIE 3 / DATA DE EMISSÃO: 08/03/2024

Consulte Chave de Acesso em:  
<https://nf3e.fazenda.pr.gov.br/nf3e/NF3eConsulta?wsdl>  
Chave de Acesso  
4124 0304 3688 9800 0106 6600 3089 8038 3110 8341 2685  
Protocolo de Autorização: 1412400012146911 - 08/03/2024 às 04:27:41America/Sao\_Paul

REF: MÊS / ANO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
03/2024	26/03/2024	R\$799,33

Itens de fatura	Unid.	Quant.	Preço unit (R\$) com tributos	Valor (R\$)	PIS/COFINS	ICMS	Tarifa unit. (R\$)	Tributo	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor (R\$)
ENERGIA ELET CONSUMO	kWh	1.231	0,388611	478,38	20,34	86,11	0,302140	ICMS	842,08	18%	151,57
ENERGIA ELET USO SISTEMA	kWh	1.231	0,422356	519,92	22,12	93,58	0,328370	COFINS	551,28	4,2857%	23,52
ENERGIA INJETADA TE 03/2024	kWh	-402	0,388607	-156,22	-6,64	-28,12	0,302140	PIS	551,28	0,9207%	5,08
ENERGIA INJETADA TUSD 03/2024	kWh	-402	0,346318	-139,22	-7,22	0,00	0,328370				
CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPIO	UN	1	96,470000	96,47							
TOTAL				799,33	28,60	151,57					

HISTÓRICO DE CONSUMO / kWh

CONSUMO FATURADO	Nº DIAS FAT.
MAR24	1231
FEV24	1025
JAN24	1216
DEZ23	1059
NOV23	1011
OUT23	906
SET23	645
AGO23	844
JUL23	807
JUN23	699
MAI23	953
ABR23	1041
MAR23	1022

Medidor	Grandezas	Postos horários	Leitura Anterior	Leitura Atual	Const Medidor	Consumo kWh
0400173134	CONSUMO kWh	TP	29053	30284	1	1231
0400173134	GERAC kWh	TP	17954	18356	1	402

Reservado ao Fisco

PERÍODO FISCAL: 08/03/2024

D599.674A.FB99.4785.7A61.B995.F48A.DC2C

REAVISO DE VENCIMENTO

Unidade Micro/Minigeradora no SCEE. ATENÇÃO: O aumento de potência de geração à reavalia enseja em suspensão imediata do fornecimento (REN ANEEL 1000 Art. 353).  
Demonstrativo de saldos SCEE desta Unidade Consumidora, Saldo Mês no (TP) Todos os Períodos 0, Saldo Acumulado no (TP) Todos os Períodos 0, Saldo a Expirar Próximo Mês no (TP) Todos os Períodos 0.  
INCLUSO NA FATURA PIS R\$5,08 E COFINS R\$23,52 CONFORME RES. ANEEL 130/2005.  
DIGA NÃO A VIOLENCIA CONTRA A MULHER. DENUNCIE LIGUE 181.  
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados à prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.  
Períodos Band.Tarif.: Verde:07/02-07/03

UNIDADE CONSUMIDORA	MÊS REFERÊNCIA	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
91801664	03/2024	26/03/2024	R\$799,33



Número da fatura: FAT-01-20245968341268-69

836400000078 993301110009 001010202453 968341268694





Valide aqui  
este documento

# República Federativa do Brasil

COMARCA DE XAMBRE - PR  
SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Tallys Oliveira Silva Araujo - Oficial  
Avenida Jaime Canet 65 - CEP 87535-000

Fone - (44)3632-1344 - E-mail: crixambre@gmail.com



016

MAT. N.º 12198

## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO PARANÁ - COMARCA DE XAMBRE

### REGISTRO DE IMÓVEIS

LIVRO 2 - REGISTRO GERAL

Fls. 1

MATRÍCULA N.º 12198

**DATA:** 05 de fevereiro de 2019. **PROTOCOLO:** 50.290 - 21/01/2019.

**IMÓVEL:** Lote Urbano nº 01, da Quadra nº 50, localizado na cidade de Alto Paraíso-PR, desta comarca, com a área de 397,50m² (trezentos e noventa e sete metros quadrados e cinquenta decímetros quadrados), com as seguintes divisas e confrontações: "Faz frente para Avenida Tupi, para onde mede 40,00 metros de frente, por 30,00 metros de um lado, onde divide com o lote nº 2 e 26,50 metros de outro lado, onde divide com os lotes nºs 19 e 18".- Ficando assim demarcado o Lote acima descrito.

**MATRÍCULA ANTERIOR:** nº 10893, Livro 2-RG, do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Umuarama-PR, de 08/07/1980;

A presente matrícula foi aberta consoante a transferência da circunscrição imobiliária do Município de Alto Paraíso-PR, para esta comarca de Xambre-PR, nos termos da Lei 16.029, de 19 de dezembro de 2008, publicada em mesma data.

**PROPRIETÁRIA:** Sr. TEREZINHA CARVALHO QUEIROS, brasileira, maior e capaz, solteira, agricultora, inscrita no CPF nº 467.900.209-34, portadora do RG nº 3.712.556-3-SSP-PR, residente e domiciliada na Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº 1.070, na cidade de Alto Paraíso-PR. **Emolumentos:** R\$5,79 = 30,00 VRG. 05 de fevereiro de 2019. O referido é verdade do que dou fé. *Nicolas Dancini Matiazi Moraes Rosa. Oficial Designado.*

**R.1-12198 - DATA:** 05 de fevereiro de 2019 - (Protocolo: 50290 - 21/01/2019).

#### ESCRITURA PÚBLICA DE INVENTÁRIO E PARTILHA DE BENS

Pela Escritura Pública de Inventário e Partilha de Bens lavrada no Serviço Notarial de Alto Paraíso-PR, às fls. 063/064vº, do Livro nº N-40, em 15 de janeiro de 2019, em virtude dos bens deixados pelo Espólio de TEREZINHA CARVALHO QUEIROS, CPF nº 467.900.209-34, falecida no dia 10 de março de 2018, conforme certidão de óbito nº 501, lavrado em 13/03/2018, às fls. 103, do Lvº C-3, do SRC de Alto Paraíso BEM ARROLADO: Integralidade do imóvel objeto desta. Pagamento que se faz à herdeira, Sr. LUCINÉIA CARVALHO QUEIROZ DE OLIVEIRA, maior e capaz, empresária, inscrita no CPF nº 023.835.179-33, portadora do RG nº 7.415.256-2-SSP-PR, casada em 25 de janeiro de 2017 pelo regime da separação total de bens (certidão de casamento sob nº 622, lavrado às fls. 023, do Lvº B-04, do SRC de Alto Paraíso-PR) com o Sr. DANIEL TAVARES LOPES, maior e capaz, agricultor, inscrito no CPF nº 054.850.679-56, portador do RG nº 9.317.620-0-SSP-PR, ambos brasileiros, residentes e domiciliados na Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº 1304-B, na cidade de Alto Paraíso-PR, a parte ideal de 100% (cem por cento) do "bem inventariado" para satisfação de seu Quinhão. DA RENÚNCIA: Sr. LUCIMAR QUEIROZ DE OLIVEIRA QUARESMA, maior e capaz, autônoma, inscrita no CPF nº 043.340.469-83, portadora do RG nº 8.308.852-4-SSP-PR, casada em 17 de julho de 2009 pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77 (certidão de casamento sob nº 473, fls. 074, do Lvº B-3, do SRC de Alto Paraíso-PR) com o Sr. MARCOS SANTANA QUARESMA, maior e capaz, empresário, inscrito no CPF nº 060.443.749-80, portador do RG nº 8.038.161-1-SSP-PR, ambos brasileiros, residentes e domiciliados na Rua Almirante Barroso, nº 382, na cidade de Pérola-PR, vem pela presente, renunciar como de fato e na verdade ora renunciado tem, a totalidade de seu quinhão





Valide aqui  
este documento



**República Federativa do Brasil**  
**COMARCA DE XAMBRÊ - PR**  
**SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS**  
**Tallys Oliveira Silva Araújo - Oficial**  
**Avenida Jaime Canet 65 - CEP 87535-000**  
**Fone - (44)3632-1344 - E-mail: crixambre@gmail.com**



017

Matrícula N.º 12198

FLS. 1

V.º

hereditário, no imóvel acima descrito e confrontado, em favor do monte, nos termos do art. 1.806, do Código Civil Brasileiro. Na qualidade de Advogado Assistente: **Sr. GILBERTO JULIO SARMENTO**, brasileiro, maior e capaz, advogado - OAB nº 26.785-PR. **RESUMO: O imóvel objeto da presente matrícula fica pertencendo à Proprietária nas seguintes proporções: LUCINEIA CARVALHO QUEIROZ DE OLIVEIRA - 100,00%; DOCUMENTOS:** 1) ITCMD - Declaração WEB nº. 201900001214-0 - alíquota 4% - valor R\$ 3.200,00 - avaliação R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); 2) FUNREJUS nº. 14000000004305994-0 - R\$ 160,00; 3) Certidão(s) Negativa(s) de Débitos de Tributos Municipais n.º (s) 15/2019, expedida(s) em 04 de fevereiro de 2019, pela Prefeitura Municipal do município de Alto Paraíso-PR. 4) Certidão(s) Negativa(s) de Débitos de Tributos Estaduais n.º(s). 019348152-45, emitida(s) em 14 de janeiro de 2019, pela Secretaria da Receita Estadual do Paraná; 5) Certidão(s) Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida(s) em 14 de janeiro de 2019, às 14:22:09 horas, pelo Ministério da Fazenda, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil, sob n.º(s). 8EFB.B718.7828.84ED. Demais condições e documentos constantes do Título arquivado digitalmente neste SRI. DOI: já emitida. **VALOR DA TRANSAÇÃO/VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$80.000,00** (oitenta mil reais). **Emolumentos: R\$832,21 = 4311,96 VRC.** 05 de fevereiro de 2019. O referido é verdade e dou fe

Nicolas Dancini Matiazi Moraes Rosa - Oficial Designado.-

Pedido nº 2550

CERTIFICO e dou fé que a presente certidão, composta de 2 páginas, foi extraída em inteiro teor da matrícula nº 12.198 - L.º 2 - REGISTRO GERAL, em forma reprográfica, nos termos do artigo 19, § 1º da Lei 6.015/1973. Xambê, 02 de abril de 2024 às 15:07:40.

Tallys Oliveira Silva Araújo - Oficial  
(assinado digitalmente)

Custas: (154,17 VRC) = R\$ 66,48 sendo Buscas R\$4,15; Certidão de Inteiro Teor R\$38,55; SELO RI2 (FUNARPEN) R\$8,00; SELO RI3 (FUNARPEN) R\$1,25. ISS: R\$ 1,72. FUNREJUS: R\$ 10,68. FADEP: R\$ 2,14.

LF



Valide este documento clicando no link a seguir: <https://assinador-web.onr.org.br/docs/N4XJU-J6DH4-Z7LZ3-L86F6>



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO 018

## SECRETARIA DE FAZENDA

Certidão Positiva Com Efeito De Negativa nº 157 / 2024

Cadastro.....: 18584000  
Proprietário.....: LUCINEIA CARVALHO QUEIROZ DE O  
CGC/CPF.....: 023.835.179-33  
Endereço.....: AVN PEDRO AMARO DOS SANTOS N° 0  
Bairro.....: ALTO PARAISO  
Quadra/Lote.....: 050 001  
Finalidade.....: Simples Conferência

CERTIFICA, para os devidos fins, que o contribuinte acima especificado, encontra-se QUITO com o Município de Alto Paraíso, com relação a Impostos e Taxas Municipais até a presente data, porém faltando quitar a(s) parcela(s) no(s) futuro(s) vencimento(s).

Ficam, todavia, ressaltados os direitos da Subsecretaria Municipal de Receitas e controle de cobrar quaisquer débitos que venham a ser posteriormente apurados.

Requerente: tributação

Código de Autenticidade: 632665161632665

Esta certidão tem validade até: 03/05/2024

ALTO PARAISO-PR., 03/04/2024



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

019

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

## DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

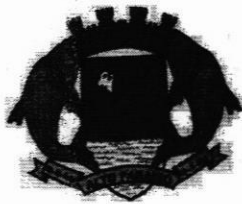
### Declaração de:

1. **Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;**
2. **Capacidade de Fornecimento;**
3. **Inexistência de Fato Superveniente;**
4. **Que cumpre o art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;**
5. **Declaração relativa à proposta econômica, em conformidade com o art. 63, § 1º da lei federal nº 14.133/21.**
6. **Declaração de responsável para assinatura da ata/contrato, ou pelo recebimento da autorização de fornecimento.**
7. **Que não existem em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.**
8. **Declaração de Responsabilização Criminal e Cível.**

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O signatário da presente, em nome da Sra. LUCINEIA CARVALHO QUEIROZ DE OLIVEIRA, inscrita no CPF sob nº 023.835.179-33, com endereço na Avenida Pedro Amaro dos Santos, 931, declara, para todos os fins legais e necessários, sob as penas da lei, que:

1. DECLARA, sob as penas da lei, para fins de Contratação através de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, ora sendo realizado pela Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/PR, que preenche os requisitos de habilitação previstos no item próprio do respectivo edital, ou seja, todas as exigências habilitatórias deste instrumento convocatório. Declara, ainda, ter conhecimento das condições estabelecidas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, especialmente que comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza é infração passível de responsabilização.
2. DECLARA que está plenamente capacitado a efetuar o fornecimento dos produtos licitados, referente a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, nas quantidades e nos prazos previstos.
3. DECLARA que Até a presente data inexistente fato impeditivo (ou seja, de que não há declaração de inidoneidade nos termos da Lei Federal 14.133/21, em sua redação atual, para sua habilitação na **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, ora sendo realizado pela Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/PR, comprometendo-se a comunicar a eventual ocorrência desses fatos durante o processamento deste certame e vigência da avença dele decorrente. Da mesma forma, DECLARA que não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas no item 3.8 do respectivo instrumento convocatório.
4. DECLARA que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei.
5. DECLARA para fins do disposto no Art. 63 § 1º da Lei Federal nº 14.133/21, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, na convenção coletiva de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
6. DECLARA para os devidos fins, que assinarei a ata/contrato, ou o recebimento da autorização de fornecimento.
7. DECLARA que não existem em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.
8. DECLARA por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado.



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

020

Alto Paraíso - PR, 03 de Abril de 2024.

LUCINEIA CARVALHO QUEIROZ DE OLIVEIRA

CPF: 023.835.179-33

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

Alto Paraíso - PR, 03 de Abril de 2024.

LUCINEIA CARVALHO QUEIROZ DE OLIVEIRA

CPF: 023.835.179-33

6

2





## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1.0. DO OBJETO E DOS SERVIÇOS VINCULADOS:**

#### **1.1. DO OBJETO**

**1.1.1. LOCAÇÃO DE 01 (UM) SALÃO COMERCIAL, ENCRAVADO SOBRE O LOTE 01, DA QUADRA 50, LOCALIZADO NA AVENIDA PEDRO AMARO DOS SANTOS, EM ALTO PARAÍSO - PR, COM A FINALIDADE PARA FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE PINTURAS E OUTROS DESTINADOS A SECRETARIA DE CULTURA.**

#### **1.2. DOS SERVIÇOS VINCULADOS:**

<b>Item</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Especificação</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Mensal</b>
01	SERV	LOCAÇÃO DE IMÓVEL	12 MESES	R\$ 1.066,25

**1.3.** Os bens/serviços são de natureza comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

### **2.0. DA JUSTIFICATIVA E VINCULAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INEXIGIBILIDADE:**

**2.1.** A presente contratação abrange demanda para locação de um imóvel urbano a fim de proporcionar aos alunos que frequentam as aulas de pinturas, violão e outros, um ambiente adequado e ideal para a execução das aulas que são oferecidas através da secretaria de Cultura, visando garantir a qualidade do ensino dos alunos.

**2.2.** O presente **TR** é originário do **Documento de Formalização de Demanda n.º 002/2024**, e do ato que o autorizar está devidamente vinculado à respectiva proposta, e ao ato que o autorizou, processado por meio de **Inexigibilidade**, nos termos do art. 92, II, da Lei n.º 14.133/2021.

**2.3.** Esse **PROCEDIMENTO** será regido pela Lei n.º 14.133/21, seus atos instrutórios, e o ato que o autorizou.

### **3.0. DA FUNDAMENTAÇÃO:**

**3.1.** O procedimento administrativo possui supedâneo no **art. 74, V, alínea**, a qual permite **“aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.”**

### **4.0. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:**

**4.1.** A justificativa da escolha do imóvel se caracteriza pelo espaço amplo e adequado para execução dos mais variados cursos que a secretaria de Cultura executa e os eventuais cursos que poderão ser ofertados.

### **5. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:**

Locação de imóvel urbano para atender a demanda da Secretaria de Cultura.

### **6.0. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**



# **Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR**

**CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000**

**Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320**

**e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br**

022

**6.1.** O serviço de locação de imóvel enquadra-se como serviço continuado, pois tem por objetivo assegurar de forma ininterrupta o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, conforme disposto nesse **Termo de Referência e na Minuta de Contrato**.

## **7.0. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E SELEÇÃO DO EXECUTANTE:**

**7.1.** O imóvel possui espaço ideal para atender a demanda da secretaria solicitante, e serão contratados por meio de inexigibilidade de licitação.

## **8.0. VISTORIA PARA A CONTRATAÇÃO:**

**8.1.** O termo de vistoria é usado para garantir a entrega e recebimento do imóvel conforme o que for descrito no contrato, abrangendo neste o seu estado de conservação na entrega e devolução.

## **9.0. DO REGIME DE EXECUÇÃO:**

**9.1.** A locação do imóvel será pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

## **10.0. DO VALOR DO CONTRATO DA VANTAJOSIDADE E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**10.1.** O valor a ser pago pela prestação dos serviços, será de R\$ 1.066,25 (Hum Mil, Sessenta e Seis Reais e Vinte e Cinco Centavos) mensal, totalizando o valor anual de R\$ 12.795,00 (Doze Mil, Setecentos e Noventa e Cinco Reais), a ser custeado com recursos do Poder Executivo deste município, mediante celebração de contrato.

**10.2.** Diante da avaliação do imóvel da Sr. LUCINEIA CARVALHO QUEIROZ DE OLIVEIRA, do notório saber devidamente comprovado pela responsável pela prestação dos serviços, restou claro que o valor a ser pago encontra-se dentro do praticado no mercado, conforme Parecer de Avaliação, deste Termo de Referência, sendo vantajosa a referida contratação.

**10.3.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO
26952	339036150000	LOCACAO DE IMOVEIS	06.02.13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA

## **11. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, DO PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**11.1.** A Administração Municipal, através de seus servidores a serem designados, terá amplos poderes para acompanhar, inspecionar, fiscalizar e exercer controle sobre as obrigações assumidas pelo fornecedor.

## **12.1. DA VIGÊNCIA:**

**12.1.1.** O instrumento de contrato terá uma vigência estimado de 12 (doze) meses da assinatura do contrato

## **12.2. DO PRAZO DE EXECUÇÃO:**

**12.2.1.** A execução dos serviços terá o prazo de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato;

**12.2.2.** Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato, e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro.



# **Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR**

**CNPJ 95.640.736/0001-30**

**CEP 87528-000**

**Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320**

**e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br**

023

## **12.3. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:**

**12.3.1** Em razão das características do objeto, os serviços serão recebidos definitivamente com o atendimento natural das demandas, conforme descrição contida no Termo de Referência e proposta apresentada.

## **13.0. DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

### **13.1. DA FORMA DE PAGAMENTO:**

**13.1.1.** Serão pagos ao **CONTRATADO** em **12 (doze) parcelas mensais**.

### **13.2. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

**13.2.1.** O recibo correspondente enviado junto à Administração Municipal, e serão analisados os requisitos para pagamento em até **3 (três) dias úteis**, contados do recebimento do documento fiscal.

**13.2.2.** Caso o **CONTRATADO**, por qualquer motivo, der causa à rejeição das notas fiscais, por atraso, erro material, ou outro fator que impossibilite ou dificulte a avaliação da fatura, o prazo para o respectivo pagamento será prorrogado pelo período utilizado para a regularização do respectivo documento.

**13.2.3.** O pagamento será efetuado **após a emissão de recibo correspondente**, devidamente atestado pelo setor competente, mediante emissão de ordem de pagamento, e se processará por meio de transferência bancária na qual a destinação **deverá ser o credor CONTRATADO, sendo vedado o pagamento em nome de terceiros**.

**13.2.4.** Valores inerentes a sanções ou penalidades administrativas relativas ao descumprimento total ou parcial do contrato, somente poderão ser descontadas em eventuais créditos, após o devido processo legal, e o trânsito em julgado administrativo.

**13.2.5.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

## **14.0. DA RESERVA ORÇAMENTÁRIA E DISPONIBILIDADE FINANCEIRA:**

**14.1.** As despesas com o presente procedimento terão seus custos cobertos com os recursos provenientes da Lei Orçamentária para o exercício 2024, e foi classificada pelo Departamento de Contabilidade do Município:

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO
26952	339036150000	LOCACAO DE IMOVEIS	06.02.13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA

### **14.2. DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA:**

**14.2.1.** Os custos desse contrato serão cobertos com os recursos destinados às despesas de custeio, proveniente de recursos próprios e de receitas provenientes de transferências constitucionais obrigatórias, não gerando impacto orçamentário-financeiro, pois foi estimada no momento da confecção das peças orçamentárias para o exercício de 2024, nos termos da Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964.

## **15.0. DOS CRITÉRIOS DE REALINHAMENTO, REPACTUAÇÃO E REAJUSTE:**

### **15.1. DOS CRITÉRIOS DE REALINHAMENTO:**

**15.1.1.** Somente haverá a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Instrumento de Contrato, nos termos do Art. art. 124, II, “d” da Lei n.º 14.133/2021, quando sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em





## Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

024

caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

**15.1.2.** O pedido de realinhamento disposto no **item 15.1.1.** será solicitado por meio de petição escrita, protocolada junto à Administração, instruída com os  **fatos, fundamentos e documentos que comprovem o desequilíbrio.**

**15.1.3.** A administração terá até **5 (cinco) dias úteis**, para analisar o pedido de realinhamento, sendo que nesse interregno não haverá interrupção na execução do contrato.

**15.1.4.** As Ordens de Serviço emitidas até a data do protocolo da solicitação junto à Administração, manterão o preço até então praticado.

**15.1.5.** Considerado procedente o pedido de realinhamento, a administração dará efeito retroativo às Ordens de Fornecimento emitidas a partir do protocolo da solicitação, e sendo considerado improcedente, o fornecedor deverá manter suas obrigações nos termos da proposta, sob pena das sanções cabíveis, dentre elas as dispostas no art. 155 e 157, da Lei n.º 14.133/2021.

**15.1.6.** Os critérios aqui descritos visam coibir abusos e inconsistências não motivadas pela administração, pleiteada pelo interessado de forma imotivada e infundada, junto à Administração, visando um reequilíbrio de valores infundados.

### **15.2. DOS CRITÉRIOS DE REPACTUAÇÃO:**

**15.2.1.** O instituto da repactuação é proveniente de serviços de natureza continuada, e se vincula à execução contínua de serviços públicos essenciais, por possuírem fatores externos e periódicos que podem comprometer a sua execução, o que não ocorrerá no presente procedimento, motivo que não será autorizado.

### **15.3. DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTES:**

**15.3.1.** O reajuste retrata a perda inflacionária no espaço de 1 (um) ano de contratação, nos termos do art. 136, I, da Lei n.º 8.666/93, e é efetivado por meio de simples apostilamento, nos contratos que se submetem a prorrogação, sendo utilizado o índice IPCA.

### **16.0. DAS GARANTIAS DE EXECUÇÃO:**

**16.1.** Em razão da natureza da contratação não será exigido nenhum tipo de garantia.

### **17.0. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:**

#### **17.1. DO CONTRATADO:**

**17.1.1.** O **CONTRATADO** será notificado a comparecer para assinatura do Instrumento de Contrato ou retirada de documento equivalente, no prazo de até **05 (cinco) dias** úteis, contados da notificação, podendo haver uma prorrogação, desde que justificado e acolhido pela administração, contados do recebimento da notificação formal.

**17.1.2.** O **CONTRATADO**, em razão da natureza do objeto, não se obriga a aceitar acréscimos ou supressões, podendo ocorrer somente com acordo bilateral, e no caso de acréscimo deverá se comprovando as mesmas condições de notoriedade.

**17.1.3.** Todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços ocorrerão inteira e exclusivamente por conta da **CONTRATADO**.

**17.1.4.** O atraso ou a falta injustificada da execução dos serviços causará ao **CONTRATADO** penalidades dispostas no Instrumento de Contrato.





## **Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR**

**CNPJ 95.640.736/0001-30**

**CEP 87528-000**

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – [altoparaiso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaiso@pref.pr.gov.br)

025

**17.1.5.** O **CONTRATADO** é responsável por danos causados na execução do contrato, mediante devido processo legal, para apuração de responsabilidade, concedida contraditório e ampla defesa.

**17.1.6.** O **CONTRATADO** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

### **17.2. DO CONTRATANTE:**

**17.2.1.** São de responsabilidades da **CONTRATANTE** o acompanhamento, fiscalização e o recebimento dos serviços executados.

**17.2.2.** O **CONTRATANTE** se obriga a efetuar o devido pagamento ao **CONTRATADO**, referente a execução dos serviços em conformidade com o Instrumento de Contrato, e remeter advertência ao **CONTRATADO**, por escrito, quando os serviços não forem executados de forma satisfatória.

**17.2.3.** Promover os atos necessários à execução dos serviços, conforme **Termo de Referência e Minuta de Instrumento de Contrato**, bem como manter estas obrigações no decorrer da execução, salvo a prática de atos ilegítimos que não depender de sua responsabilidade direta.

**17.2.4.** Disponibilizar, seguintes recursos:

**17.2.5.** Prestar à **CONTRATADA** as informações e esclarecimentos que esta vier a solicitar para o desenvolvimento dos trabalhos;

### **18.0. DA SUBCONTRATAÇÃO:**

**18.1.** O **CONTRATADO**, na execução do contrato, não poderá **subcontratar** no todo ou parte o objeto licitado, mesmo que considerada atividade meio e divisível, podendo o **CONTRATADO** se utilizar da estrutura profissional da empresa, sob sua responsabilidade direta, e ratificação na assinatura, observadas as regras dispostas no Termo de Referência.

### **19.0. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**19.1.** O contratado se responsabiliza administrativamente pelas ocorrência das infrações dispostas no art. 155, caput, e seus incisos da Lei n.º 14.133/2021, quando:

**19.1.1.** dar causa à inexecução parcial do contrato;

**19.1.2.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**19.1.3.** dar causa à inexecução total do contrato;

**19.1.5.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**19.1.6.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**19.1.7.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**19.1.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**19.1.9.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**19.1.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**19.1.11.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



## Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

026

**20.1.** A recusa injustificada em assinar o Instrumento de Contrato ou documento equivalente, dentro do prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, e o **sujeitará** penalidades legais, autorizando a administração a convocar os licitantes remanescentes na ordem de sua classificação, nas mesmas condições do vencedor, conforme dispõe o art. 90, da Lei n.º 14.133/1921, sujeitando-o às seguintes sanções:

**20.2.1.** advertência;

**20.2.2.** multa;

**20.2.3.** impedimento de licitar e contratar;

**20.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**20.2.5.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**20.2.5.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**20.2.5.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**20.2.5.3.** circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**20.2.5.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**20.2.5.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**20.3.** os licitantes remanescentes não são obrigados a aceitar a executar a o objeto contratado, nas mesmas condições do vencedor, e demais situações dispostas no Art. 155, da Lei n.º 14.133/1921.

**20.4.** A sanção de **Advertência** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa que der causa à inexecução Parcial do Contrato disposta no Art. 156, § 2º c/c art. 155, I, ambos da Lei n.º 14.133/1921;

**20.4.1.** A sanção de **Multa** será calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

**20.4.2.** A sanção de **Impedimento de Licitar e Contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155, desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**20.4.3.** A sanção de **Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**20.4.4.** A sanção de **Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar** observará o devido processo legal, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa, observado no que couber, o Art. 156, § 6º, observados os prazos e condições do Art. 157 a 161, todos da Lei n.º 14.133/1921.

**20.4.5.** A rescisão unilateral ou anulação parcial da nota de empenho ou documento equivalente que os substitua, nos termos do Art. 138, I, da Lei n.º 14.133/1921, per



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

027

si, não caracteriza sanção administrativa, uma vez que apenas reporta uma situação impeditiva de continuidade da execução do contrato documento equivalente, assegurado o contraditório e ampla defesa, conforme art. 137, caput, do mesmo diploma legal, sem prejuízo das demais sanções dispostas no Edital, Ata de Registro de Preço ou ainda Instrumento de Contrato conforma o caso.

**20.4.6. A Rescisão Unilateral do Instrumento de Contrato**, *per si*, não caracteriza sanção administrativa, uma vez que apenas reporta uma situação impeditiva de continuidade da execução do Instrumento de Contrato, podendo ser efetivada nos termos do art. 137 e 138 da Lei n.º 14.133/1921.

## 21.0. DAS SANÇÕES DE MULTAS:

**21.1.** O atraso injustificado no pagamento do **CONTRATADO**, sujeitará ao **CONTRATANTE**, multa de mora no percentual de 1% (um por cento) sobre o valor mensal convencionado, juros moratórios de 0,33% (três décimos por cento) ao dia, e correção monetária do IPCA-E, até a data do efetivo pagamento, limitado à 60 (sessenta) dias momento em que poderá ser solicitado pelo **CONTRATADO** a suspensão da prestação dos serviços, ou rescisão contratual, nos termos do Art. 137, § 2º da Lei n.º 14.133/2020.

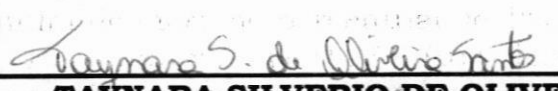
**21.2.** O atraso injustificado na inexecução dos serviços pelo **CONTRATADO**, sujeitará a ele, multa de mora no percentual de 1% (um por cento) sobre o valor total convencionado, juros moratórios de 0,33% (três décimos por cento) ao dia, até a data da efetiva execução dos serviços, limitado à 60 (sessenta) dias momento em que poderá ser solicitado pelo **CONTRATADO** a suspensão da prestação dos serviços, ou rescisão contratual, nos termos do Art. 137, § 2º da Lei n.º 14.133/2020.

**21.3.** Eventual sanção a ser aplicada do **CONTRATADO**, observará a disposição contida no art. 156, § 1º da Lei n.º 14.133/2020, observada a dosimetria adequada de valores.

Alto Paraíso-PR., 03 de Abril de 2024.

  
**CRISTIANE CRISTINA SILVA AUGUSTO**  
Matrícula 1288-2

Aprovado e Revisado por:

  
**TAYNARA SILVERIO DE OLIVEIRA SANTOS**  
Secretaria de Cultura





# **Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR**

**CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000**

**Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320**

**e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br**

028

## **AUTORIZAÇÃO PARA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO**

### **DESPACHO**

Ante a necessidade de contratação

**LOCAÇÃO DE 01 (UM) SALÃO COMERCIAL, ENCRAVADO SOBRE O LOTE 01, DA QUADRA 50, LOCALIZADO NA AVENIDA PEDRO AMARO DOS SANTOS, EM ALTO PARAÍSO - PR, COM A FINALIDADE PARA FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE PINTURAS E OUTROS DESTINADOS A SECRETARIA DE CULTURA.**

#### **RESOLVO:**

Autorizar a abertura de processo administrativo para contratação dos serviços acima mencionados, devendo os autos serem encaminhados ao Setor de Licitação para as providências cabíveis, colhendo-se proposta, verificando-se o valor de mercado praticado e a habilitação da empresa para execução dos serviços e que atendam as exigências da Lei 14.133/2021.

Requeiro que sejam disponibilizados os recursos orçamentários e financeiros, bem como apresentado dotação orçamentária e suporte financeiro para cobrir as despesas dos serviços solicitados, tendo em vista que a cobertura das despesas solicitadas será com recursos do duodécimo;

Sendo o que tínhamos para o momento, aproveitamos a ocasião para renovar-lhe voto de real estima e apreço.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 03 (três) do mês Abril de 2024.

Atenciosamente,

**DERCIO JARDIM JUNIOR**  
**Prefeito Municipal**





# **Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR**

**CNPJ 95.640.736/0001-30**

**CEP 87528-000**

**Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320**

**e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br**

029

ILMO. Sr.

Valdemir Ribeiro Sparapan

DD. Servidor Responsável

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 008/2024

Procedimento de inexigibilidade de licitação nº. 002/2024

INTERESSADO:

## **- AUTUAÇÃO -**

Aos 03 de Abril de 2024, autuo os presentes autos de nº. 000/2024, Inexigibilidade de Licitação, o qual versa sobre inexigibilidade de procedimento licitatório.

OBJETO:

**LOCAÇÃO DE 01 (UM) SALÃO COMERCIAL, ENCRAVADO SOBRE O LOTE 01, DA QUADRA 50, LOCALIZADO NA AVENIDA PEDRO AMARO DOS SANTOS, EM ALTO PARAÍSO - PR, COM A FINALIDADE PARA FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE PINTURAS E OUTROS DESTINADOS A SECRETARIA DE CULTURA.**

Do que para constar lavrei o presente. Eu, Taynara Silverio de Oliveira Santos, que a esta lavrei e assino.

**TAYNARA SILVERIO DE OLIVEIRA SANTOS**

**Secretaria de Cultura**



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

030

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2024**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2024**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR**

**OBJETO:** LOCAÇÃO DE 01 (UM) SALÃO COMERCIAL, ENCRAVADO SOBRE O LOTE 01, DA QUADRA 50, LOCALIZADO NA AVENIDA PEDRO AMARO DOS SANTOS, EM ALTO PARAÍSO - PR, COM A FINALIDADE PARA FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE PINTURAS E OUTROS DESTINADOS A SECRETARIA DE CULTURA.

## TERMO DE REMESSA

Nesta data faço remessa dos autos ao Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal, para a **DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA** do objeto a ser licitado, para as seguintes secretarias.

SECRETARIA DE CULTURA

Alto Paraíso - PR., 03 de Abril de 2024.

VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

031

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2024**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2024**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR**

**OBJETO:** LOCAÇÃO DE 01 (UM) SALÃO COMERCIAL, ENCRAVADO SOBRE O LOTE 01, DA QUADRA 50, LOCALIZADO NA AVENIDA PEDRO AMARO DOS SANTOS, EM ALTO PARAÍSO - PR, COM A FINALIDADE PARA FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE PINTURAS E OUTROS DESTINADOS A SECRETARIA DE CULTURA.

## DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

DECLARO para os devidos fins de direito e em cumprimento ao Art. 16 e 17 da Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000, que revendo o orçamento vigente para o exercício de 2024, existe saldo orçamentário para cobertura das despesas descritas na solicitação da Comissão de Licitações, nas seguintes dotações, do orçamento vigente:

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO
26952	339036150000	LOCACAO DE IMOVEIS	06.02.13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA

Nada mais tendo a declarar.

Alto Paraíso - PR., 03 de Abril de 2024.

**RENATO APARECIDO GONÇALVES JORGE**  
CONTADOR



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

032

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2024**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2024**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR**

**OBJETO:** LOCAÇÃO DE 01 (UM) SALÃO COMERCIAL, ENCRAVADO SOBRE O LOTE 01, DA QUADRA 50, LOCALIZADO NA AVENIDA PEDRO AMARO DOS SANTOS, EM ALTO PARAÍSO – PR, COM A FINALIDADE PARA FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE PINTURAS E OUTROS DESTINADOS A SECRETARIA DE CULTURA.

## TERMO DE RESTITUIÇÃO

Nesta data, restituo os autos Processo Nº. 008/2024, ao SETOR DE LICITAÇÕES com a declaração de **DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA** na qual solicitei.

Alto Paraíso - PR., 03 de Abril de 2024.

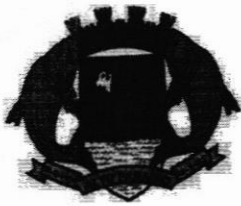
\_\_\_\_\_  
**VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN**  
**AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

TERMO DE RESTITUIÇÃO

LICITAÇÕES com a declaração de DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

\_\_\_\_\_  
**VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN**  
**AGENTE DE CONTRATAÇÃO**





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

033

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2024**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2024**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR**

**OBJETO:** LOCAÇÃO DE 01 (UM) SALÃO COMERCIAL, ENCRAVADO SOBRE O LOTE 01, DA QUADRA 50, LOCALIZADO NA AVENIDA PEDRO AMARO DOS SANTOS, EM ALTO PARAÍSO – PR, COM A FINALIDADE PARA FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE PINTURAS E OUTROS DESTINADOS A SECRETARIA DE CULTURA.

## TERMO DE REMESSA

Nesta data faço remessa dos autos ao Departamento de Finanças da Prefeitura Municipal, para a **DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA** do objeto a ser licitado, para as seguintes secretarias.

## SECRETARIA DE CULTURA

Alto Paraíso - PR., 03 de Abril de 2024.

\_\_\_\_\_  
**VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN**  
**AGENTE DE CONTRATAÇÃO**



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

034

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2024**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2024**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR**

**OBJETO:** LOCAÇÃO DE 01 (UM) SALÃO COMERCIAL, ENCRAVADO SOBRE O LOTE 01, DA QUADRA 50, LOCALIZADO NA AVENIDA PEDRO AMARO DOS SANTOS, EM ALTO PARAÍSO - PR, COM A FINALIDADE PARA FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE PINTURAS E OUTROS DESTINADOS A SECRETARIA DE CULTURA.

## **DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA**

A Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-Pr, em atendimento a SETOR DE LICITAÇÕES, e atendendo ao que dispõe o Art. 72, IV da Lei Federal nº. 14.133/21, declaro que há na Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-Pr, recursos orçamentários e financeiros sobre as rubricas, para o objeto acima em epigrafe, abaixo discriminadas.

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO
26952	339036150000	LOCACAO DE IMOVEIS	06.02.13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA

Nada mais tendo a declarar.

Alto Paraíso - PR., 03 de Abril de 2024.

  
\_\_\_\_\_  
**ANDRE LUIZ LEME JARDIM**  
**SECRETARIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO**



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 035

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2024**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2024**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR**

**OBJETO:** LOCAÇÃO DE 01 (UM) SALÃO COMERCIAL, ENCRAVADO SOBRE O LOTE 01, DA QUADRA 50, LOCALIZADO NA AVENIDA PEDRO AMARO DOS SANTOS, EM ALTO PARAÍSO – PR, COM A FINALIDADE PARA FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE PINTURAS E OUTROS DESTINADOS A SECRETARIA DE CULTURA.

## **TERMO DE RESTITUIÇÃO**

Nesta data, restituo os autos Processo Nº. 008/2024, ao SETOR DE LICITAÇÕES com a declaração de **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS/FINANCEIROS** na qual solicitei.

Alto Paraíso - PR., 03 de Abril de 2024.

  
\_\_\_\_\_  
**VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN**  
**AGENTE DE CONTRATAÇÃO**



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

036

## MINUTA DE CONTRATO

Contrato de locação de imóvel que fazem entre si de um lado a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR e do outro a Sra.\*\*\*\*\*

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO**, ESTADO DO PARANÁ, com sede administrativa na Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº 900, Centro, na cidade de Alto Paraíso - PR., inscrita no CNPJ sob nº 95.640.736/0001-30, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **Sr. DERCIO JARDIM JUNIOR**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Alto Paraíso - PR portador do RG nº 1.649.033.-4 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 474.519.719-53, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e a SRA. \*\*\*\*\* , brasileira, residente nesta cidade de Alto Paraíso - PR, portadora do RG nº \*\*\*\*\* e inscrita no CPF/MF sob nº \*\*\*\*\* , doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, resolvem celebrar entre si o presente instrumento de contrato de locação de imóvel com fundamento na Inexigibilidade nº \*\*\*\*\* e Processo Administrativo nº \*\*\*\*\* , homologado pelo Decreto nº \*\*\*\*\* , em \*\*\*\*\* , publicado no diário oficial do Município (Umuarama Ilustrado) em \*\*\*\*\* , regendo-se pela Lei Federal nº 14.133/21, artigo 74 inciso V e pelas seguintes cláusulas e condições:

### 1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE

1.1 - (Objeto) - **"LOCAÇÃO DE 01 (UM) SALÃO COMERCIAL, ENCRAVADO SOBRE O LOTE 01, DA QUADRA 50, LOCALIZADO NA AVENIDA PEDRO AMARO DOS SANTOS, EM ALTO PARAÍSO - PR, COM A FINALIDADE PARA FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE PINTURAS E OUTROS DESTINADOS A SECRETARIA DE CULTURA"**.

### 2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E VIGÊNCIA

2.1 - O presente contrato tem o prazo de 12 (doze) meses, iniciando a sua vigência em \*\*\*\*\* e finalizando-se em \*\*\*\*\* , podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, no interesse das partes, até o máximo permitido em lei.

### 3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - Receberá o **CONTRATADO** pela locação do imóvel descrito na Cláusula Primeira, a importância total de R\$ \*\*\*\*\* sendo o valor mensal de R\$ 1 \*\*\*\*\* , pagas impreterivelmente até o dia 15 (quinze) de cada





## **Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR**

**CNPJ 95.640.736/0001-30**

**CEP 87528-000**

**Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320**

**e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br**

mês posterior ao da locação, mediante a apresentação de fatura ou depósito em conta corrente do **CONTRATADO**, a ser previamente fornecida por este.

3.2 – O valor do contrato é fixo e irredutível durante sua vigência, salvo por motivos de alteração na legislação econômica do país, que autorize a correção nos contratos com a administração pública.

3.3 – No caso de prorrogação do prazo deste contrato, o mesmo poderá ser reajustado com base no IGPM.

### **4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTE CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS.**

4.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 14.133/2021 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a este Contrato, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

4.2 – Aplicam-se ainda, subsidiariamente as normas do Código Civil e leis complementares, inerentes aos contratos de locação de imóvel.

### **CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

4.3. Não haverá exigência de garantia contratual da execução

### **5.0 - CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO**

5.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência.

5.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

5.2.1 – O descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;

5.2.2 – O cometimento reiterado de falta na sua execução;

5.2.3 – O falecimento do Contratado.

5.2.4 – Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificado pela máxima autoridade da Administração e exarado no processo administrativo a que se refere o Contrato;

5.2.5 – Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

5.2.6 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 137 da lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

038

## 6.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES

### 6.1 - Do **CONTRATANTE**:

6.1.1 - Efetuar os pagamentos pela locação imóvel conforme o disposto na Cláusula Terceira, item 3.1 deste instrumento;

6.1.2 - Zelar pela conservação do bem, reparando qualquer dano que a ele seja causado em face de mau uso, ou mesmo por deterioração em função do uso normal;

6.1.3 - Entregar o bem, ao final do Contrato, em perfeitas condições de uso, em idênticas condições do momento de sua locação.

### 6.2 - Do **CONTRATADO**:

6.2.1 - Entregar em locação e pelo prazo combinado o bem objeto deste Contrato.

6.2.2 - Cumprir as demais Cláusulas contratuais.

## 7.0 - CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

7.1 - Pela inexecução total ou parcial deste contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao **CONTRATADO** as seguintes sanções:

7.1.1 - Advertência.

7.1.2 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

## 8.0 - CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1 - Os recursos para o pagamento deste contrato serão oriundos dos recursos próprios da **CONTRATANTE**, e serão empenhados globalmente na dotação orçamentária:

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO
26952	339036150000	LOCACAO DE IMOVEIS	06.02.13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA

## 9.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

9.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Xambrê/PR, para dirimir sobre as questões oriundas do presente instrumento ou mesmo de sua execução.



# **Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR**

**CNPJ 95.640.736/0001-30**

**CEP 87528-000**

**Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320**

**e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br**

039

## **10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

10.1. O acompanhamento e a fiscalização exercidos deverá ser realizado pela Contratante nos termos das exigências legais, sendo de responsabilidade em conformidade com as cláusulas deste Contrato.

10.2. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Alto Paraíso - PR, 00 de \*\*\*\*\* de 2024.

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso

Prefeito Municipal

Décio Jardim Júnior

\*\*\*\*\*

Contratado



## Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

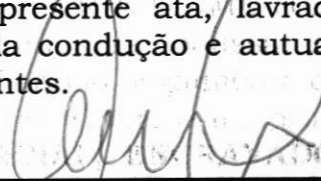
e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

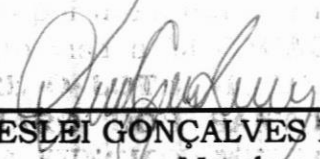
040

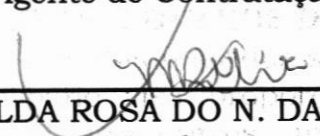
### ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PARA ANALISAR E JULGAR PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

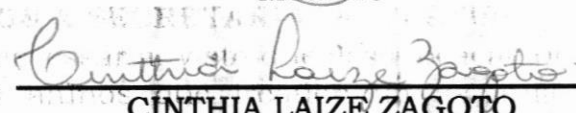
Aos 03 do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e vinte e quatro, às 15h30min, fizeram-se presentes O SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DO PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE, bem como os membros integrantes da comissão de contratação, na Prefeitura Municipal da Cidade de Alto Paraíso, legalmente designada por ato administrativo incluso no presente processo. O presente procedimento visa à **LOCAÇÃO DE 01 (UM) SALÃO COMERCIAL, ENCRAVADO SOBRE O LOTE 01, DA QUADRA 50, LOCALIZADO NA AVENIDA PEDRO AMARO DOS SANTOS, EM ALTO PARAÍSO - PR, COM A FINALIDADE PARA FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE PINTURAS E OUTROS DESTINADOS A SECRETARIA DE CULTURA.**

A contratação dos referidos serviços é necessária, visto que essa locação de um imóvel urbano visa proporcionar aos alunos que freqüentam as aulas de pinturas, violão e outros, um ambiente adequado e ideal para a execução das aulas que são oferecidas através da secretaria de Cultura, visando garantir a qualidade do ensino dos alunos. Nesse sentido, o imóvel da Sra. **LUCINEIA CARVALHO QUEIROZ DE OLIVEIRA**, atendeu as necessidades da Secretaria de Cultura, para o funcionamento de diversos cursos, para a realização dos serviços especificados acima. Por fim, resolve, que a proposta ofertada, no valor mensal de R\$ 1.066,25 (um mil sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos) totalizando o valor anual de R\$ 12.795,00 (doze mil setecentos e noventa e cinco reais). Nada mais havendo para ser tratado, encerrou-se a reunião que é registrada na presente ata, lavrada por mim, Valdemir Ribeiro Sparapan responsável pela condução e autuação deste procedimento e assinado pelos membros presentes.

  
\_\_\_\_\_  
VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN  
Agente de Contratação

  
\_\_\_\_\_  
UESLEI GONÇALVES R. DA SILVA  
Membro

  
\_\_\_\_\_  
MARILDA ROSA DO N. DA SILVA  
Membro

  
\_\_\_\_\_  
CINTHIA LAIZE ZAGOTO  
Membro





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000  
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320  
www.altoparaíso.pr.gov.br  
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

041

PUBLICADO NO JORNAL  
UMUARAMA ILUSTRADO  
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EM 08/03/2024

Edição N.º 12965

## PORTARIA Nº 046/2024

**SÚMULA: DESIGNA AGENTE DE CONTRATAÇÃO PARA DESEMPENHAR AS FUNÇÕES ESSENCIAIS INERENTES À EXECUÇÃO DA LEI Nº 14.133, DE 2021, E SEUS REGULAMENTOS, ALÉM DE SER O RESPONSÁVEL PELOS PROCEDIMENTOS DE COMPRA DIRETA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal DERCIO JARDIM JUNIOR do Município de Alto Paraíso - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal 14.133/21 e Decreto Municipal nº 3187 de 21 de Fevereiro de 2024 que trata de Agente de Contratação;

CONSIDERANDO a publicação da Lei Federal nº 14.133/2021, no dia 01 de abril de 2021, que trata sobre normas de Licitações e Contratos Administrativos;

CONSIDERANDO que o artigo 7º da Lei Federal 14.133/2021, dispõe que caberá a autoridade máxima do órgão promover a gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da referida lei;

CONSIDERANDO, o caput do art. 8º e ainda que conforme o parágrafo 1º do artigo art. 8º a Lei Federal 14.133/2021, o agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio.

CONSIDERANDO que conforme o Decreto n. 3187 de 21 de Fevereiro de 2024, o Agente de Contratação poderá ser o responsável pela Condução dos Procedimentos de Compra Direta ou em caso de ser outra pessoa que não o Agente de Contratação nos termos do Decreto Municipal, deverá haver nova designação;

## RESOLVE:

**Art. 1º** Nomear no âmbito Executivo Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, o Agente de Contratação abaixo relacionado, para receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares, além da condução do procedimentos de Compra Direta.

## Agente de Contratação:

- NOME: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
- Matrícula - 12009-1





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000  
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320  
www.altoparaíso.pr.gov.br  
e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

## Equipe de Apoio:

- NOME: Cinthia Laize Zagoto  
Matrícula - 12505-1
- NOME: Marilda Rosa do Nascimento da Silva  
Matrícula - 12513-1
- NOME: Ueslei Gonçalves Rodrigues da Silva  
Matrícula - 12408-1

§1º - No âmbito da modalidade pregão, o Agente de Contratação será designado pregoeiro.

§2º - Quando do processo de contratação direta (dispensa, inexigibilidade de licitação) o mesmo será conduzido pelo Agente de Contratação ou por outro servidor a ser designado pela autoridade competente em Portaria própria, nos termos do art. 72 da lei 14.133/2021.

Art. 2º - O Agente de contratação será assistido em seus trabalhos, quando necessário, pelo órgão de assessoramento jurídico e pelo órgão de controle interno, para desempenho das funções essenciais à execução do disposto na legislação aplicável.

Art. 3º - O Agente de Contratação, deverá ainda observar, no desempenho das suas funções, os regulamentos que vierem a ser aprovados e que serão recepcionados por esta portaria, inclusive sobre ela prevalecendo, caso haja conflito das suas redações.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário em especial as portarias nº 072 e 073 ambas do dia 29 de Março de 2023.

Alto Paraíso, Estado do Paraná, 07 de Março de 2024.

**DERCIO JARDIM JÚNIOR**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



# **Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR**

**CNPJ 95.640.736/0001-30**

**CEP 87528-000**

**Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320**

**e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br**

043

Processo Nº. 008/2024

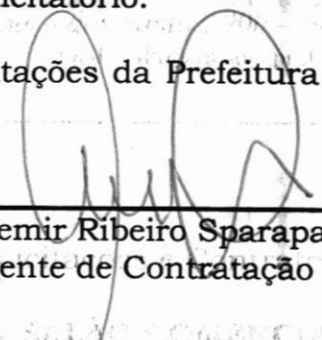
Interessado: Departamento de Licitações e Contratos

**Objeto: LOCAÇÃO DE 01 (UM) SALÃO COMERCIAL, ENCRAVADO SOBRE O LOTE 01, DA QUADRA 50, LOCALIZADO NA AVENIDA PEDRO AMARO DOS SANTOS, EM ALTO PARAÍSO - PR, COM A FINALIDADE PARA FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE PINTURAS E OUTROS DESTINADOS A SECRETARIA DE CULTURA.**

## **TERMO DE REMESSA**

Nesta data faço remessa dos autos ao assessor jurídico da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, para que faça a emissão do parecer jurídico sobre o procedimento licitatório.

Setor de Licitações da Prefeitura Municipal Alto Paraíso-Pr.,  
03 de Abril de 2024.

  
\_\_\_\_\_  
**Valdemir Ribeiro Sparapan**  
**Agente de Contratação**

LOCAÇÃO DE 01 (UM) SALÃO COMERCIAL, ENCRAVADO SOBRE O LOTE 01, DA QUADRA 50, LOCALIZADO NA AVENIDA PEDRO AMARO DOS SANTOS, EM ALTO PARAÍSO - PR, COM A FINALIDADE PARA FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE PINTURAS E OUTROS DESTINADOS A SECRETARIA DE CULTURA.

## **TERMO DE REMESSA**

Nesta data faço remessa dos autos ao assessor jurídico da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, para que faça a emissão do parecer jurídico sobre o procedimento licitatório.

Setor de Licitações da Prefeitura Municipal Alto Paraíso-Pr.,  
03 de Abril de 2024.

  
\_\_\_\_\_  
**Valdemir Ribeiro Sparapan**  
**Agente de Contratação**



**PARECER JURÍDICO**

**Inexigibilidade nº 002/2024**

**Processo Administrativo nº 008/2024**

**Objeto:** “Locação de 01 (um) salão comercial, encravado sobre o Lote 01, da Quadra 50, localizado na Avenida Pedro Amaro dos Santos, em Alto Paraíso - Pr, com a finalidade para funcionamento de cursos de pinturas e outros destinados a Secretaria de Cultura.”

**1- RELATÓRIO;**

Trata-se de solicitação de parecer jurídico, encaminhado a esta Procuradoria Jurídica, nos termos do art. 74, III, “c” e “f”, da Lei 14.133/2021, na qual requer análise jurídica da legalidade quanto a inexigibilidade de licitação para locação de 01 (um) salão comercial, encravado sobre o Lote 01, da Quadra 50, localizado na Avenida Pedro Amaro dos Santos, em Alto Paraíso - Pr, com a finalidade para funcionamento de cursos de pinturas e outros destinados a Secretaria de Cultura.

Passamos à análise.

**2- FUNDAMENTAÇÃO;**

Antes de adentrar ao mérito, cabe salientar que esta Procuradoria Jurídica incumbe prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não competindo adentrar a conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Secretaria de Cultura, tão pouco analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa

Pois bem, é imprescindível que o processo de contratação pública, independentemente da modalidade, atenda aos objetivos de assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, assim como assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição.





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR 045

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 1546 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

Outrossim, o devido processo de contratação pública, deve evitar contratações com sobrepreço ou preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos.

A Lei 14.133/21, previu a possibilidade de contratação direta nos casos contratação de serviços técnicos especializados de natureza intelectual, vejamos:

*Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*

*(...)*

*V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.*

*(...)*

*§ 5º Nas contratações com fundamento no inciso V do caput deste artigo, devem ser observados os seguintes requisitos:*

*I - avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos;*

*II - certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto;*

*III - justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela.*

No que tange aos requisitos do procedimento de inexigibilidade, a Lei 14.133/2021, em seu artigo 72, assim previu:

**Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:**

**I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;**

**II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;**



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 1546 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

046

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

**Parágrafo único.** O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Em análise aos autos, verifico o atendimento às exigências legais dispostas acima, estando previstos, tanto no Estudo Técnico Preliminar, quanto no Termo de Referência, as condições para contratação direta estabelecidas no § 5º Art. 74 da Lei 14.133/2021, quais sejam: avaliação prévia, certificação de inexistência de bens públicos e justificativas acerca da singularidade do imóvel.

Outrossim, quanto a minuta do contrato a ser firmado, observa-se que contém as cláusulas obrigatórias, dentre os quais, destacam-se: especificação do objeto, local e prazo da prestação do serviço, deveres da contratada e contratante, classificação de despesa, vigência, preço, pagamento, sanções administrativas, tudo nos termos do art. 92 da Lei 14.133/2021.

### 3- DA CONCLUSÃO;

Pelo exposto, nossa opinião é no sentido de que os critérios e requisitos da Lei 14.133/2021 foram preenchidos, motivo pelo qual poderá o Prefeito Municipal, caso venha a adotar posicionamento semelhante, dar prosseguimento ao feito visando a contratação dos serviços em questão.

É o parecer.



# **Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR 047**

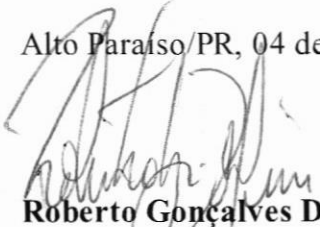
CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

**Av. Pedro Amaro dos Santos, 1546 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320**

e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

Alto Paraíso/PR, 04 de Abril de 2024.

  
**Roberto Gonçalves Delfim**  
**Procurador Jurídico**  
**OAB-PR 58.768**

## Ato que autoriza a Contratação Direta nº 2 | Processo 8/2024

Acessar Contratação

Última atualização 04/04/2024

Local: Alto Paraíso/PR Órgão: MUNICIPIO DE ALTO PARAISO Unidade compradora: 0000 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

Modalidade da contratação: Inexigibilidade Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 74, caput Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta Modo de Disputa: Não se aplica

Registro de preço: Não

Data de divulgação no PNCP: 04/04/2024 Situação: Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 95640736000130-1-000007/2024 Fonte: Governança Brasil Tecnologia e Gestão em Serviços

## Objeto:

LOCALIZAÇÃO DE 01 UM SALÃO COMERCIAL ENCRAVADO SOBRE O LOTE 01 DA QUADRA 50 LOCALIZADO NA AVENIDA PEDRO AMARO DOS SANTOS EM ALTO PARAISO PR COM A FINALIDADE PARA FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE PINTURAS E OUTROS DESTINADOS A SECRETARIA DE CULTURA.

## Informação complementar:

VALOR TOTAL ESTIMADO:

R\$ 12.795,00

Itens Arquivos Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	Locação de 01 um Salão Comercial encravado sobre o Lote 01 da Quadra 50 localizado a Avenida Pedro Amaro dos Santos em Alto Paraíso PR com a finalidade para funcionamento da Biblioteca Municipal	12	R\$ 1066,25	R\$ 12.795,00	

Exibir: 1-1 de 1 itens

Página

&lt; &gt;

Voltar

NACIONAL  
CONTRATAÇÕES  
PÚBLICAS

Este edital tem por finalidade a contratação direta de empresa para a prestação de serviços de locação de espaço comercial para funcionamento de cursos de pinturas e outros destinados à Secretaria de Cultura do Município de Alto Paraíso/PR.

É permitida a contratação direta de empresa para a prestação de serviços de locação de espaço comercial para funcionamento de cursos de pinturas e outros destinados à Secretaria de Cultura do Município de Alto Paraíso/PR.

A contratação será realizada por meio de processo administrativo próprio do Município de Alto Paraíso/PR, observando-se as normas legais e regulamentares aplicáveis.

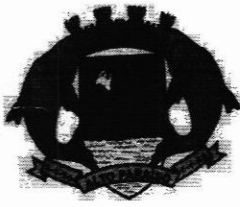
A validade deste edital é de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de publicação no PNCP, por força da Lei nº 14.133/2021, não devendo ser anulada de ofício ou por decisão judicial.

Assinatura do Responsável pelo Edital

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS







# **Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR**

**CNPJ 95.640.736/0001-30**

**CEP 87528-000**

**Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320**

**e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br**

Processo Nº. 008/2024

Interessado: Secretaria de Cultura

**Objeto: LOCAÇÃO DE 01 (UM) SALÃO COMERCIAL, ENCRAVADO SOBRE O LOTE 01, DA QUADRA 50, LOCALIZADO NA AVENIDA PEDRO AMARO DOS SANTOS, EM ALTO PARAÍSO - PR, COM A FINALIDADE PARA FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE PINTURAS E OUTROS DESTINADOS A SECRETARIA DE CULTURA.**

## **TERMO DE REMESSA**

Nesta data faço remessa dos autos ao Controle Interno da Prefeitura Municipal, para que faça a emissão do parecer, sobre o procedimento de Inexigibilidade, nos termos disciplinados pelo art. 169 da Lei Federal 14.133/2021.

Setor de Licitações da Prefeitura Municipal Alto Paraíso-Pr.,  
04 de Abril de 2024.

  
Valdemir Ribeiro Sparapan  
Agente de Contratação

Objeto: LOCAÇÃO DE 01 (UM) SALÃO COMERCIAL, ENCRAVADO SOBRE O LOTE 01, DA QUADRA 50, LOCALIZADO NA AVENIDA PEDRO AMARO DOS SANTOS, EM ALTO PARAÍSO - PR, COM A FINALIDADE PARA FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE PINTURAS E OUTROS DESTINADOS A SECRETARIA DE CULTURA.

## **TERMO DE REMESSA**

Nesta data faço remessa dos autos ao Controle Interno da Prefeitura Municipal, para que faça a emissão do parecer, sobre o procedimento de Inexigibilidade, nos termos disciplinados pelo art. 169 da Lei Federal 14.133/2021.

04 de Abril de 2024

Agente de Contratação

050

**PARECER CONTROLE INTERNO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - PR**

INEXIGIBILIDADE Nº: **02/2024** PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: **08/2024**  
 DATA DIVULGAÇÃO PNCP: **03/04/2024** ANÁLISE DE PROCESSO Nº **CI-02-2024**  
 GESTOR: **TAYNARA SILVÉRIO DE OLIVEIRA SANTOS**  
 FISCAL DO CTT: **EUDINETE DA SILVA PEDROTA**  
 DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: **03/04/2024** Horário: **08:00h**

ANÁLISE DE PROCESSO – INEXIGIBILIDADE -NLL ☐ ELETRÔNICO  
☒ PRESENCIAL

A presente análise tem como objetivo verificar a legalidade dos procedimentos.

**1 – Houve abertura de processo administrativo?**

(X) SIM ☐ Não ☐ Não aplicável Fls: 028 Obs:

**2 – Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, houve a devida justificativa?** (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 12, VI)

( ) SIM ☐ Não ☒ Não aplicável Fls: Obs:

**3 – Consta documento de formalização de demanda?** (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 72, item I)

(X) SIM ☐ Não ☐ Não aplicável Fls: 001 Obs:

**4 – Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano Anual de Contratações?** (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, caput)

( ) SIM (X) Não ☐ Não aplicável Fls: Obs: A Administração ainda não possui PCA para o exercício.

**5 – Foi certificado que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias?** (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, caput)

(X) SIM ☐ Não ☐ Não aplicável Fls: 031 Obs:

**6 – Há Estudo Técnico Preliminar?** (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, §1º)

(X) SIM ☐ Não ☐ Não aplicável Fls: 006 Obs:

**7 – O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos:** (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, §1º)

- ( ) *Do objeto;*  
 (X) *Da necessidade da contratação;*  
 (X) *Da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual – alinhamento entre a contratação e o planejamento;*  
 (X) *Dos requisitos da contratação;*  
 (X) *Levantamento de mercado;*  
 (X) *Estimativa das quantidades e do valor da contratação;*  
 (X) *Da descrição da solução como um todo;*  
 (X) *Do parcelamento do objeto;*  
 (X) *Do demonstrativo dos resultados pretendidos;*  
 (X) *Das providências a serem adotadas pela administração;*  
 (X) *Das contratações correlatas e/ou interdependentes;*  
 (X) *Dos impactos ambientais e medidas de tratamento;*  
 (X) *Do posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina – Declaração de viabilidade (ou não) da contratação.*

**8 – Caso não existam os Estudos Técnicos Preliminares ou a Análise de Riscos, houve manifestação justificando a ausência do documento?** (Decreto Municipal nº460/2022, art 13)

( ) SIM ☐ Não (X) Não aplicável Fls: Obs:

**9 – Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares?** (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, §2º . Decreto Municipal nº460/2022, art 14, parágrafo único)

263

( ) SIM	( ) Não	(X) Não aplicável	Fls:	Obs:
10 – Houve <b>manifestação justificando</b> as exigências de <b>práticas</b> e/ou critérios de <b>sustentabilidade</b> ou sua dispensa no caso concreto? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 5º e 11º, item I e IV)				
( ) SIM	( ) Não	(X) Não aplicável	Fls:	Obs:
11 – Há <b>Termo de Referência ou projeto básico</b> ? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18º item II)				
(X) SIM	( ) Não	( ) Não aplicável	Fls: 021	Obs:
12 – O <b>Termo de Referência</b> contém: (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º item XXII)				
(X) Definição do objeto.				
(X) Fundamentação da contratação. - Justificativa				
(X) Descrição da solução como um todo.				
(X) Requisitos da contratação				
( ) Modelo de execução do objeto – Condições de fornecimento				
(X) Modelo de gestão do contrato - Execução do objeto : acompanhamento e fiscalização				
(X) Critérios de medição e de pagamento. – Obrigações.				
( ) Forma e critérios de seleção do fornecedor.				
(X) Estimativas do valor da contratação.				
(X) Adequação orçamentária.				
13 – Caso o <b>TR</b> contemple <b>exigências de qualificação técnica ou econômica</b> , elas foram <b>justificadas</b> no processo? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18º item IX)				
( ) SIM	( ) Não	(X) Não aplicável	Fls:	Obs:
14 – Caso o <b>TR</b> contemple <b>exigências de qualificação técnica</b> , elas são específicas e objetivas? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18º item IX)				
( ) SIM	( ) Não	(X) Não aplicável	Fls:	Obs:
15 – Há <b>Análise de Riscos</b> ? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, item X)				
( ) SIM	(X) Não	( ) Não aplicável	Fls:	Obs:
16 – A autoridade manifestou-se sobre a <b>aplicabilidade</b> ou não de <b>matriz de alocação de riscos</b> ?				
( ) SIM	(X) Não	( ) Não aplicável	Fls:	Obs:
17 – Caso seja necessário a <b>aplicabilidade da matriz de alocação risco</b> , ela estabelece a <b>responsabilidade que caiba a cada parte contratante</b> ? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 22º, §2º)				
( ) SIM	(X) Não	( ) Não aplicável	Fls:	Obs:
18 – Foi demonstrado que a previsão de <b>recursos orçamentários</b> é compatível com a despesa estimada? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 72, item IV)				
(X) SIM	( ) Não	CODIGO REDUZIDO: 286		
19 – Houve a <b>autorização da autoridade competente</b> ? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 72, item VIII)				
(X) SIM	( ) Não	( ) Não aplicável	Fls: 028	Obs:
20 – A <b>autoridade competente designou</b> os <b>agentes públicos</b> responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à <b>contratação</b> ? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 7, caput e art. 6 do Decreto Municipal nº 460/2022)				
(X) SIM	( ) Não	<b>Portaria nº:</b>	<b>046/2024</b>	<b>Data: 07/03/2024</b>
21 – Foram <b>emitidos e acatados pareceres</b> jurídicos? No caso do não acatamento, verificar se os fundamentos são plausíveis. (Lei Federal 14.133/2021, art. 53º, caput).				
(X) SIM	( ) Não	( ) Não aplicável	Obs:	
22 – Caso o objeto contemple <b>itens</b> com <b>valores inferiores a R\$ 80.000,00</b> , eles foram <b>destinados às ME/EPPs</b> e entidades equiparadas ou foi justificada a não exclusividade? (Lei complementar nº123/2006, art 48, item I).				
( ) SIM	( ) Não	(X) Não aplicável	Fls:	Obs:
23 – Caso tenha sido <b>vedada</b> a participação de <b>cooperativas</b> , consta justificativa nos autos? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 9, item I, e art. 16º)				
( ) SIM	( ) Não	(X) Não aplicável	Fls:	Obs:
24 – Caso tenha sido <b>vedada</b> a participação de <b>consórcios</b> , consta justificativa nos autos? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 9, item I, e art. 15º)				
( ) SIM	( ) Não	(X) Não aplicável	Fls:	Obs:
25 – Consta <b>justificativa do preço</b> baseada em <b>pesquisa</b> de conforme <b>regulamento pertinente</b> ou certificação de que a estimativa ocorrerá concomitantemente com a seleção da proposta mais vantajosa mediante solicitação formal de cotações? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 72, item VII e art. 19 do Decreto Municipal nº460/2022)				
( )	Composição de <b>custos unitários menores ou iguais à mediana do item no painel para consulta de preços</b> ou no banco de preços em saúde no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);			

(X)	<b>Contratações similares feitas pela Administração Pública</b> – em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços;		
( )	Utilização de dados de <b>pesquisa publicada em mídia especializada</b> , de tabela de referência ou pesquisa em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;		
( )	<b>Pesquisa direta</b> com no <b>mínimo 3 (três) fornecedores</b> efetuados a <b>menos de 6 (seis) meses</b> de antecedência da data de divulgação do edital;		
( )	Pesquisa na <b>base nacional de notas fiscais eletrônicas</b> ou <b>sistema Notas Paraná</b> ;		
( )	Pesquisa na <b>base de notas de serviços dos cadastros da municipalidade</b> .		
<b>26 – Os autos estão instruídos com edital da licitação?</b> (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, item V)			
( ) SIM	( ) Não	(X) Não aplicável	Fls:                      Obs:
<b>27 – O edital da licitação contém:</b> (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 25, caput)			
(x)	<b>Objeto</b> da licitação.		
( )	Regras relativas à <b>convocação</b> .		
( )	Regras relativas ao <b>julgamento</b> .		
( )	Regras relativas à <b>habilitação</b> .		
( )	Regras relativas aos <b>recursos</b> .		
( )	Regras relativas às <b>penalidades da licitação</b> .		
( )	Regras relativas à <b>fiscalização</b> .		
( )	Regras relativas à <b>gestão do contrato</b> .		
( )	Regras relativas à <b>entrega do objeto</b> .		
( )	Regras relativas às <b>condições de pagamento</b> .		
<b>28 – Foi dada a publicidade do edital de licitação</b> do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) (Lei Federal 14.133/2012, art. 54º).			
( ) SIM	( ) Não	(X) Não aplicável	Obs:..
<b>29– Os prazos mínimos</b> para a apresentação de <b>propostas e lances</b> , contados a partir da <b>data de divulgação</b> do edital de licitação foram obedecidos? (Lei Federal 14.133/2012, art. 55º).			
( )	<b>Oito dias úteis</b> para a aquisição de <b>bens</b>		
( )	<b>Dez dias úteis</b> no caso de <b>serviços comuns</b> e de obras e <b>serviços comuns de engenharia</b>		
( ) SIM	( ) Não	(X) Não aplicável	Obs:..
<b>30 - Foi adotada a modalidade de pregão</b> sempre que o <b>objeto</b> possua <b>padrões de desempenho e qualidade</b> que possam ser <b>objetivamente definidos no edital</b> ? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 29)			
( ) SIM	( ) Não	(X) Não aplicável	Fls:                      Obs:
<b>31 –Caso adotada forma presencial</b> , a sessão pública foi registrada em ata e gravada em áudio e vídeo? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 17, §2º).			
( ) SIM	( ) Não	(X) Não aplicável	Fls:                      Obs:
<b>32 – Caso seja adotado o critério de julgamento por maior desconto</b> , o <b>preço estimado</b> ou o <b>máximo aceitável</b> consta do edital da licitação? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 24, parágrafo único.)			
( ) SIM	( ) Não	(X) Não aplicável	Fls:                      Obs:
<b>33 – As regras relativas ao julgamento</b> traz que as propostas serão de acordo com os seguintes critérios? (Lei Federal nº 14.133/2021 art. 33, item I, II, III, IV e V.).			
( )	Menor preço		
( )	Maior desconto		
<b>34 – Em caso de licitações do tipo menor preço</b> está claro se o <b>julgamento</b> será feito <b>por item</b> ou <b>por grupo de itens</b> ? (Lei Federal 14133/21, art. 82º, §1º).			
( ) SIM	( ) Não	(X) Não aplicável	Fls:                      Obs:
<b>35 – Foi mantida no edital cláusula com índice de reajustamento de preços</b> , com data-base vinculada à data do orçamento estimado ? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 25, §7º)			
( ) SIM	( ) Não	(X) Não aplicável	Fls:                      Obs:
<b>36 – Consta dos autos certificação</b> acompanhada de <b>comprovação</b> de que o <b>contratado preenche</b> os requisitos de <b>habilitação</b> e de <b>qualificação mínima</b> necessária? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 72, item V)			
<i>Consultado em momento oportuno, após definição da empresa vencedora.</i>			
<b>Documentação relativa à Regularidade Fiscal</b> (Lei Federal 14.133/2022, art. 68º) (*)			
( )	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).		
(X)	Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)	( )	PIS/PASEP
( )	Cadastro Contribuinte Estadual		
( )	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS		



<input checked="" type="checkbox"/>	Fazenda Federal. [do domicílio ou sede do licitante]							
<input checked="" type="checkbox"/>	Fazenda Estadual [do domicílio ou sede do licitante]							
<input checked="" type="checkbox"/>	Fazenda Municipal [do domicílio ou sede do licitante]							
<input checked="" type="checkbox"/>	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) – Lei nº 12.440/11							
<input type="checkbox"/>	Declaração de cumprimento do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal – [empregado menor]							
	<b>Documentação relativa à Qualificação Econômica Financeira (Lei Federal 14.133/2022, art. 69º) (*)</b>							
<input type="checkbox"/>	Balanco Patrimonial e Demonstrações contábeis (item I) DOS DOIS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS							
<input type="checkbox"/>	Certidão Negativa de Falência/concordata. (item II)							
<input type="checkbox"/>	Execução Patrimonial (P. Física)							
	<b>Documentação relativa à Capacidade Técnica (Lei Federal 14.133/2022, art. 67º) (*)</b>							
<input type="checkbox"/>	- Registro/inscrição na entidade profissional competente detentor de atestado de responsabilidade técnica.(item I);							
<input type="checkbox"/>	- Certidões ou atestados emitidos pelo conselho profissional competente que demonstre capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior. (item II)							
<input type="checkbox"/>	- Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica. (item III)							
<input type="checkbox"/>	- Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial. (item IV)							
<input type="checkbox"/>	- Registro ou inscrição na entidade profissional competente. (item V)							
<input type="checkbox"/>	- Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. (Item VI)							
<input type="checkbox"/>	- Não requisitado.							
	<b>Documentação relativa à Habilitação Jurídica (Lei Federal 14.133/2022, art. 66). (*)</b>							
<input type="checkbox"/>	Cédula de Identidade							
<input type="checkbox"/>	Registro comercial – Empresa Individual							
<input type="checkbox"/>	Microempreendedor Individual							
<input type="checkbox"/>	Sociedade Limitada Unipessoal							
<input type="checkbox"/>	Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado. Caso sociedade por ações documento de eleição de seus administradores							
<input type="checkbox"/>	Inscrição do ato constitutivo, sociedades civis (sociedade simples).							
	<b>(*) - Dispensa, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata (Lei Federal 14.133/2022, art. 70, item III).</b>							
<input type="checkbox"/>	Contratações em valores inferiores a ¼ do limite para dispensa de licitação para compras em geral. [13.505,10]							
	<b>Lei complementar nº123/2006 – Estatuto da Microempresa</b>							
<input type="checkbox"/>	<b>Declaração de que cumpre os requisitos legais para qualificação de microempresa ou empresa de pequeno porte (Decreto nº8538/2015, §2º)</b>							
	<b>Procuração</b>							
<input type="checkbox"/>	SIM	<input checked="" type="checkbox"/>	Não	Firma reconhecida, se particular ou carta de credenciamento	<input type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	Não
	<b>Documento de identidade com foto do procurador</b>							
<input type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	Não	<input checked="" type="checkbox"/>	Não aplicável			
<b>ITENS ESPECÍFICOS PARA AQUISIÇÕES</b>								
<b>37 – Há justificativa para não utilização de sistema de registro de preços? (Lei Federal 14.133/2012, art. 40º, item II).</b>								
<input type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	Não	<input checked="" type="checkbox"/>	Não aplicável	Fls:	Obs:	
<b>38 – Há manifestação sobre o atendimento do princípio da padronização? [Compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou desempenho] (Lei Federal 14.133/2012, art. 40º, item V, letra a).</b>								
<input type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	Não	<input checked="" type="checkbox"/>	Não aplicável	Fls:	Obs:	
<b>39 – Consta informação do uso ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização? (Lei Federal 14.133/2012, art. 19º, §1 e §2).</b>								
<input type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	Não	<input checked="" type="checkbox"/>	Não aplicável	Fls:	Obs:	
<b>40 – Caso a Administração exija que os serviços de manutenção e assistência técnica sejam prestados mediante deslocamento de técnico ou disponibilizados em unidade de prestação de serviços localizada em distância compatível com suas necessidades, consta fundamentação em Estudo Técnico Preliminar? (Lei Federal 14.133/2012, art. 40º, §4º).</b>								
<input type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	Não	<input checked="" type="checkbox"/>	Não aplicável	Fls:	Obs:	

<b>41 – Caso haja indicação de marca ou modelo, consta justificativa para a indicação?</b> (Lei Federal 14.133/2012, art. 41º, item I). <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável    Fls:    Obs:			
<b>42– Havendo vedação de determinada marca ou produto, foi indicada a existência de processo administrativo em que esteja comprovado que não atendem às necessidades da Administração?</b> (Lei Federal 14.133/2012, art. 41º, item III). <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável    Fls:    Obs:			
<b>43– Há certificação de que a opção pela aquisição é mais vantajosa do que eventuais alternativas, como a locação de bens?</b> <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável    Fls:    Obs:			
<b>ITENS ESPECÍFICOS PARA SERVIÇOS EM GERAL(QUE NÃO SEJAM DE ENGENHARIA)</b>			
<b>44 – Houve manifestação quanto à observância do princípio da padronização?</b> [Compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou desempenho] (Lei Federal 14.133/2012, art. 47, item I). <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável    Fls:06    Obs:			
<b>45 – Consta informação do uso ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização?</b> (Lei Federal 14.133/2012, art. 19º, §1 e §2). <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável    Fls:    Obs:			
<b>46 – Foi certificado que os serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade?</b> (Lei Federal 14.133/2012, art. 48, caput). <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável    Fls:    Obs:			
<b>47– Caso a Administração pretenda contratar mais de uma empresa para a execução do objeto, está atestado nos autos que (i) não há perda de economia de escala, (ii) é possível e conveniente a execução simultânea e (iii) há controle individualizado para a execução de cada contratado?</b> (Lei Federal 14.133/2012, art. 49). <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável    Fls:    Obs:			
<b>48 – Em se tratando de serviços comum de engenharia, o serviço tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens ?</b> (Lei Federal 14.133/2012, art. 6, item XXI, letra “a”). <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável    Fls:    Obs:			
<b>49 – Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, qual o regime adotado?</b> (Lei Federal 14.133/2012, art. 46, item I ao VII). <input type="checkbox"/> Empreitada por preço unitário. <input type="checkbox"/> Empreitada por preço global. <input type="checkbox"/> Empreitada integral. <input type="checkbox"/> Contratação por tarefa. <input type="checkbox"/> Contratação integrada. <input type="checkbox"/> Contratação semi-integrada. <input type="checkbox"/> Fornecimento e prestação de serviços associado.			
<b>50 – Em se tratando de serviços comum de engenharia, foi demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, sendo possível a dispensa da elaboração de projetos?</b> (Lei Federal 14.133/2012, art. 18, §3) <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável    Fls:    Obs:			

Alto Paraíso/PR, 09 de abril de 2024.



**ELIAS SOBREIRO DOS SANTOS**  
DIRETOR DE CONTROLADORIA INTERNA



**Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR**

**CNPJ 95.640.736/0001-30**

**CEP 87528-000**

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

057

Processo Nº. 008/2024

Interessado: Secretaria de Cultura

Objeto: **LOCAÇÃO DE 01 (UM) SALÃO COMERCIAL, ENCRAVADO SOBRE O LOTE 01, DA QUADRA 50, LOCALIZADO NA AVENIDA PEDRO AMARO DOS SANTOS, EM ALTO PARAÍSO - PR, COM A FINALIDADE PARA FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE PINTURAS E OUTROS DESTINADOS A SECRETARIA DE CULTURA.**

**TERMO DE RESTITUIÇÃO**

Nesta data faço restituição com parecer do controle interno solicitado.

Setor de Licitações da Prefeitura Municipal Alto Paraíso-Pr.,  
10 de Abril de 2024.

Valdemir Ribeiro Sparapan  
Agente de Contratação



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

PUBLICAÇÃO JORNAL  
UMUARAMA ILUSTRADO

ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO **DECRETO N. 3212/2024**

EM 19 / 04 / 2024 DATA: 18/04/2024

Edição N.º 13.000 **SÚMULA:** Adjudica e homologa resultado do Processo Administrativo nº 008/2024, Inexigibilidade de Licitação, nº 002/2024.

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

*CONSIDERANDO* o resultado apresentado pelo Agente de Contratação, Sr. Valdemir Ribeiro Sparapan;

*CONSIDERANDO* parecer jurídico emitido pelo Procurador Jurídico Sr. Roberto Gonçalves Delfin;

*CONSIDERANDO* parecer técnico emitido pelo Controlador Interno Sr. Elias Sobreiro dos Santos.

## **DECRETA:**

**Art. 1º)** Fica Adjudicado em favor de **LUCINEIA CARVALHO QUEIROZ DE OLIVEIRA**, o resultado do processo licitatório nº 008/2024, Inexigibilidade de Licitação, nº 002/2024.

**Art. 2º)** Fica Homologado o resultado do Processo Administrativo nº 008/2024, Inexigibilidade de Licitação, nº 002/2024, em favor de **LUCINEIA CARVALHO QUEIROZ DE OLIVEIRA**, que tem como objeto: **“LOCAÇÃO DE 01 (UM) SALÃO COMERCIAL, ENCRAVADO SOBRE O LOTE 01, DA QUADRA 50, LOCALIZADO NA AVENIDA PEDRO AMARO DOS SANTOS, EM ALTO PARAÍSO – PR, COM A FINALIDADE PARA FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE PINTURAS E OUTROS DESTINADOS A SECRETARIA DE CULTURA”.**

**Art. 3º).** Este decreto entrará em vigor na data de publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso,  
aos 18 dias do mês de Abril de 2024.

**DÉRCIO JARDIM JÚNIOR**  
Prefeito Municipal

056



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná

PORTARIA N.º 077/2024

DATA: 18/04/2024

SÚMULA: DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS NO ÂMBITO DO EXECUTIVO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO – PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal 14.133/21.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados, sem prejuízo dos vencimentos e das atividades normalmente desenvolvidas, os servidores públicos do Executivo abaixo descrito, para exercerem as funções de Gestores e Fiscais de Contratos no Pregão Eletrônico n. 002/2024, a saber:

Gestor:

JOB REZENDE NETO – CPF: 281.003.019-72

ANA PAULA LEME – CPF: 042.047.669-51;

AILTON PEREIRA – CPF: 696.037.159-72

ANTONIO PRUDENCIO GABIATO – CPF: 390.492.649-72

JOSE APARECIDO DA SILVA – CPF: 446.133.509-72

REGIANE APARECIDA CAETANO DE OLIVEIRA – CPF: 068.230.979-65

RODRIGO W. S. REVERSO – CPF: 061.355.079-07

MARILEIDE PEREIRA DA SILVA – CPF: 006.892.919-65

SIMÃO PEDRO LEME – CPF: 015.973.589-08;

Fiscal Administrativo:

EUDINETE DA SILVA PEDROTA – CPF: 030.789.829-63.

Art. 2º Ao Gestor de Contratos cabe garantir a adoção das providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, zelando pela garantia do interesse público, promovendo as medidas adequadas ao caso, bem como, demais atribuições determinadas pela lei 14.133/2021.

Art. 3º Ao Fiscal de Contratos cabe o acompanhamento do contrato administrativo para o qual foi designado, proporcionando à contratante e ao contratado todos os meios legais para assegurar o cumprimento eficiente e eficaz do objeto contratual, assim como demais atribuições determinadas determinas pela Lei 14.133/2021, observada a função para a qual foi designado.

Art. 4º Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Alto Paraíso-Pr., aos 18 dias do mês de Abril de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná

DECRETO N. 3212/2024

DATA: 18/04/2024

SÚMULA: Adjudica e homologa resultado do Processo Administrativo nº 008/2024, Inexigibilidade de Licitação, nº 002/2024.

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o resultado apresentado pelo Agente de Contratação, Sr. Valdemir Ribeiro Sparapan;

CONSIDERANDO parecer jurídico emitido pelo Procurador Jurídico Sr. Roberto Gonçalves Delfin;

CONSIDERANDO parecer técnico emitido pelo Controlador Interno Sr. Elias Sobreiro dos Santos.

DECRETA:

Art. 1º Fica Adjudicado em favor de LUCINEIA CARVALHO QUEIROZ DE OLIVEIRA, o resultado do processo licitatório nº 008/2024, Inexigibilidade de Licitação, nº 002/2024.

Art. 2º Fica Homologado o resultado do Processo Administrativo nº 008/2024, Inexigibilidade de Licitação, nº 002/2024, em favor de LUCINEIA CARVALHO QUEIROZ DE OLIVEIRA, que tem como objeto: "LOCAÇÃO DE 01 (UM) SALÃO COMERCIAL, ENCRAVADO SOBRE O LOTE 01, DA QUADRA 50, LOCALIZADO NA AVENIDA PEDRO AMARO DOS SANTOS, EM ALTO PARAÍSO – PR, COM A FINALIDADE PARA FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE PINTURAS E OUTROS DESTINADOS A SECRETARIA DE CULTURA".

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, aos 18 dias do mês de Abril de 2024.

DERCIO JARDIM JÚNIOR

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Expirado o prazo recursal, sem que tenha havido impugnação e recursos, declaro adjudicado e homologado as licitantes vencedoras, para o presente Processo Licitatório nº 009/2024 - Pregão Eletrônico nº 006/2024, para que produza os devidos efeitos legais e jurídicos esperados, para as empresas seguintes:

- LUCIA MARIA DA SILVA – CNPJ: 26.083.983/0001-60

- S M K DOS SANTOS GENEROS ALIMENTICIOS LTDA, CNPJ: 07.584.359/0001-00;

- SUELI ANANIAS DE OLIVEIRA RADULSKI - CNPJ: 45.025.594/0001-23

A fim de contratação de empresa especializada em fornecimento de itens para a realização de coffee break nos eventos, reuniões e cursos das secretarias municipais e departamentos do município de Brasilândia do Sul – PR.

Brasilândia do Sul-PR, 18 de abril de 2024.

Alex Antônio Cavalcante

Prefeito do Município

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná

PORTARIA N.º 120, DE 18 DE ABRIL DE 2024.

Nomeia Ana Carolina de Souza Alves, para exercer o cargo efetivo de Psicóloga.

Paulo Armando da Silva Alves, Prefeito do Município de Mariluz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público aberto com base no Edital nº 001/2022, com resultado classificatório homologado pelo Edital nº 12/2022, cumpridas as demais exigências da legislação pertinente;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, a partir de 22 de abril de 2024, Ana Carolina de Souza Alves, portadora da Carteira de Identidade RG nº 8.290.595-2, inscrita no CPF/MF sob nº 077.209.429-22, para exercer o cargo efetivo de Psicóloga, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social.

Prefeitura do Município de Mariluz, em 18 de abril de 2024.

Paulo Armando da Silva Alves

Prefeito Municipal

3. Após a entrega dos documentos previstos no item 2, o candidato será submetido, an nomeação, à Perícia Médica Oficial que consiste em exames médicos e clínicos e a complementares para avaliação de sua capacidade física e mental para o desempenho atividades e atribuições do cargo.

3.1. A falta da apresentação dos exames mencionados no item anterior caracterizará desistência do candidato.

3.2. A omissão e/ou negação pelo candidato de informações relevantes na entrevista, intencionalmente ou não, implicará em sua perda do direito à nomeação, e caso já tenha nomeado e empossado, poderá ser exonerado do seu respectivo cargo, observado o contrário e a ampla defesa.

3.3. O resultado dos Exames Médicos Admissionais será expresso com a indicação de apto ou inapto para o exercício das atribuições do cargo.

3.4. Os candidatos considerados inaptos nos Exames Médicos Admissionais ou que não se sujeitarem à realização dos mesmos serão eliminados do Concurso.

4. A inexistência das declarações e/ou informações prestadas ou a apresentação irregular de documentos, ainda que verificado posteriormente, eliminará os candidatos, anulando todos atos decorrentes da respectiva nomeação e a tomada de posse.

5. O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no Edital de Convocação considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaira, Estado do Paraná, em 18 de abril de 2024.

HERALDO TRENTO

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 32/2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IVATÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com base no resultado final do Processo Seletivo Simplificado N.º 001/2024, homologado pelo Edital N.º 004/2024 CONVOCA os abaixo relacionados, para comparecerem à Comissão de Gestão de Pessoas da Prefeitura do Município de Ivaté - PR, sito à Av. Rio de Janeiro nº 1 para:

I – No prazo de 05 (cinco) dias corridos a partir da publicação no Diário Oficial do Município (Umuarama Ilustrado), deste Edital, manifestar sobre a aceitação SIM ou NÃO do cargo para o qual foi aprovado;

II – No prazo de 05 (cinco) dias corridos a partir da publicação no Diário Oficial do Município (Umuarama Ilustrado), deste Edital, apresentar os seguintes documentos (cópia simples acompanhados dos originais):

- Carteira de Identidade (RG);
- Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Carteira de trabalho e Número do PIS/PASEP/NIT- (CTPS- folha de identificação frente e verso);
- Comprovante de endereço atualizado, água ou luz dos últimos 60 dias;
- Cópia do Certificado de Conclusão do Curso/Escolaridade exigida para requisito do cargo;
- Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Certidão de Nascimento e número do CPF dos filhos menores de 18 anos;
- Carteira de Vacinação dos Filhos Menores;
- Certificado de Reservista;
- Comprovante de abertura de conta no Banco Bradesco;
- Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio;
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral;
- Certidão Negativa de Antecedente Criminal fornecida pela justiça Estadual (Fórum);
- Certidão Negativa de Antecedente Criminal fornecida pela justiça Federal (www.fjpr.jus.br);
- O candidato residir nos últimos 05 (cinco) anos;
- Declaração emitida pelo próprio candidato de que não foi demitido ou exonerado do serviço Público Federal, Estadual, distrital ou Municipal em consequência de aplicação de pena disciplinar após sindicância, nos últimos 2 (dois) anos, contados de forma retroativa a partir da data de contratação, e de que não perdeu o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado cumprida ou em cumprimento;
- Declaração emitida pelo próprio candidato de que não está recebendo proventos de aposentadoria de Cargo Público, e ou Cargo de Função Pública, ressalvada os Cargos Públicos acumulados, previstos na Constituição Federal;
- Atestado Adicional;
- Qualificação cadastral no e-social;
- Registro no Órgão de Classe, quando for requisito do cargo;
- 1 (uma) foto 3x4 recente.

III – O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no Edital de Convocação considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.

EMPREGO: AUXILIAR EDUCACIONAL

Nº	NOME:	CLASSIF.	RG:
01	SIMONE APARECIDA RICO	13º	
02	SIMONE APARECIDA DE ALMEIDA DOS SANTOS	14º	

EMPREGO: MERENDEIRA

Nº	NOME:	CLASSIF.	RG:
01	FATIMA LEMES DA SILVA	9º	
02	SIMONE APARECIDA DE ALMEIDA DOS SANTOS	10º	
03	MARIA HELENA DE JESUS KOHL	11º	

EMPREGO: PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Nº	NOME:	CLASSIF.	RG:
01	FABIANA APARECIDA BEDETTI SOUZA	12º	
02	VERA LUCIA MACHADO DE OLIVEIRA LIMA	13º	

MUNICÍPIO DE IVATÉ, ESTADO DO PARANÁ, aos 18 dias do mês de abril do ano de 2024

DENILSON VAGLIERI PREVITAL

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná

PORTARIA N.º 118, DE 17 DE ABRIL DE 2024.

Designa e concede gratificação por "encargos especiais" a servidora Ane Caroline dos Cavalini.

Paulo Armando da Silva Alves, Prefeito do Município de Mariluz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora Ane Caroline dos Santos Cavalini, CPF/MF sob o nº 011.246.1, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, matrícula nº 202390, para atuar Secretária das Escolas Municipais e CMEIs subsequentes, a partir de 18 de abril de 2024; Escola Rural Municipal Augusta Gutierrez Lopes;

CMEI Arnaldo Busato;

CMEI Profª Maria Aparecida Basaglia Damacena;

CMEI Profª Alvínia de Oliveira Branco.

Art. 2º. Revogar a portaria nº 051, de 15 de fevereiro de 2024.

Art. 3º. Concede gratificação mensal de 20% (vinte por cento) do valor do seu vencimento, de "encargos especiais", a partir de 01 de maio de 2024.

Prefeitura Municipal de Mariluz, em 17 de abril de 2024.

Paulo Armando da Silva Alves

Prefeito Municipal





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0058

## CONTRATO Nº 016/2024

Contrato de locação de imóvel que fazem entre si de um lado a **Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR** e do outro a Sra. Lucinéia Carvalho Queiroz de Oliveira.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO**, ESTADO DO PARANÁ, com sede administrativa na Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº 900, Centro, na cidade de Alto Paraíso - PR., inscrita no CNPJ sob nº 95.640.736/0001-30, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **Sr. DERCIO JARDIM JUNIOR**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Alto Paraíso - PR portador do RG nº 1.649.033.-4 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 474.519.719-53, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e a SRA. **Lucinéia Carvalho Queiroz de Oliveira**, brasileira, residente nesta cidade de Alto Paraíso - PR, portadora do RG nº 7.415.256-2 SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº 023.835.179-33, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, resolvem celebrar entre si o presente instrumento de contrato de locação de imóvel com fundamento na Inexigibilidade nº 002/2024 e Processo Administrativo nº. 008/2024, homologado pelo Decreto nº3212/2024, em 18/04/2024, publicado no diário oficial do Município (Umuarama Ilustrado) em 19/04/2024, regendo-se pela Lei Federal nº14.133/21, artigo 74 inciso V e pelas seguintes cláusulas e condições:

### 1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE

1.1 - (Objeto) - **“LOCAÇÃO DE 01 (UM) SALÃO COMERCIAL, ENCRAVADO SOBRE O LOTE 01, DA QUADRA 50, LOCALIZADO NA AVENIDA PEDRO AMARO DOS SANTOS, EM ALTO PARAÍSO - PR, COM A FINALIDADE PARA FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE PINTURAS E OUTROS DESTINADOS A SECRETARIA DE CULTURA”.**

### 2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E VIGÊNCIA

2.1 - O presente contrato tem o prazo de 12 (doze) meses, iniciando a sua vigência em 19/04/2024 e finalizando-se em 18/04/2025, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, no interesse das partes, até o máximo permitido em lei.

### 3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - Receberá o **CONTRATADO** pela locação do imóvel descrito na Cláusula Primeira, a importância total de R\$ 12.795,00 (doze mil setecentos e noventa e cinco reais), sendo o valor mensal de R\$ 1.066,25 (um mil sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos), pagas impreterivelmente até o dia 15 (quinze) de cada mês posterior ao da locação, mediante a apresentação de fatura ou depósito em conta corrente do **CONTRATADO**, a ser previamente fornecida por este.



## **Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR**

**CNPJ 95.640.736/0001-30**

**CEP 87528-000**

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

00 059

3.2 – O valor do contrato é fixo e irrevogável durante sua vigência, salvo por motivos de alteração na legislação econômica do país, que autorize a correção nos contratos com a administração pública.

3.3 - No caso de prorrogação do prazo deste contrato, o mesmo poderá ser reajustado com base no IGPM.

### **4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTE CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS.**

4.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 14.133/2021 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a este Contrato, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

4.2 - Aplicam-se ainda, subsidiariamente as normas do Código Civil e leis complementares, inerentes aos contratos de locação de imóvel.

### **CLÁUSULA QUINTA — DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

4.3. Não haverá exigência de garantia contratual da execução

### **5.0 - CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO**

5.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência.

5.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

5.2.1 – O descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;

5.2.2 – O cometimento reiterado de falta na sua execução;

5.2.3 – O falecimento do Contratado.

5.2.4 – Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificado pela máxima autoridade da Administração e exarado no processo administrativo a que se refere o Contrato;

5.2.5 – Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

5.2.6 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 137 da lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

### **6.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES**



# **Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR**

**CNPJ 95.640.736/0001-30**

**CEP 87528-000**

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

00 060

## **6.1 – Do CONTRATANTE:**

6.1.1 – Efetuar os pagamentos pela locação imóvel conforme o disposto na Cláusula Terceira, item 3.1 deste instrumento;

6.1.2 – Zelar pela conservação do bem, reparando qualquer dano que a ele seja causado em face de mau uso, ou mesmo por deterioração em função do uso normal;

6.1.3 – Entregar o bem, ao final do Contrato, em perfeitas condições de uso, em idênticas condições do momento de sua locação.

## **6.2 – Do CONTRATADO:**

6.2.1 – Entregar em locação e pelo prazo combinado o bem objeto deste Contrato.

6.2.2 – Cumprir as demais Cláusulas contratuais.

## **7.0 – CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES**

7.1 – Pela inexecução total ou parcial deste contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao **CONTRATADO** as seguintes sanções:

7.1.1 – Advertência.

7.1.2 – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

## **8.0 – CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

8.1 - Os recursos para o pagamento deste contrato serão oriundos dos recursos próprios da **CONTRATANTE**, e serão empenhados globalmente na dotação orçamentária:

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO
26952	339036150000	LOCACAO DE IMOVEIS	06.02.13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA

## **9.0 – CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

9.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Xambrê/PR, para dirimir sobre as questões oriundas do presente instrumento ou mesmo de sua execução.

## **10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS**



[> Contratos](#)

## Contrato nº 16/2024

00 062

Última atualização 24/04/2024

Local: Alto Paraíso/PR Órgão: MUNICIPIO DE ALTO PARAISO Unidade executora: 0000 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

Tipo: Contrato (termo inicial) Receita ou Despesa: Despesa Processo: 8 Categoria do Processo: Serviços

Data de divulgação no PNCP: 24/04/2024 Data de assinatura: 19/04/2024 Vigência: de 19/04/2024 a 18/04/2025

Id contrato PNCP: 95640736000130-2-000004/2024 Fonte: Governança Brasil Tecnologia e Gestão em Serviços

Id contratação PNCP: 95640736000130-1-000007/2024

## Objeto:

LOCACAO DE 01 UM SALAO COMERCIAL ENCRAVADO SOBRE O LOTE 01 DA QUADRA 50 LOCALIZADO NA AVENIDA PEDRO AMARO DOS SANTOS EM ALTO PARAISO PR COM A FINALIDADE PARA FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE PINTURAS E OUTROS DESTINADOS A SECRETARIA DE CULTURA.

## VALOR CONTRATADO

R\$ 12.795,00

## FORNECEDOR:

Nome/Razão social: LUCINEIA CARVALHO QUEIROZ DE OLIVEIRA CNPJ/CPF: 023.835.179-33 Tipo: Pessoa física

Arquivos

Histórico

Nome	Data	Tipo	Baixar
Contrato de Locacao	24/04/2024	Contrato	

Exibir: 1-1 de 1 itens

Página < >

&lt; Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abrangidos pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correitude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

<https://portaldeservicos.economia.gov.br>

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Serviço Nacional de Administração Pública

---

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à licença de uso.



# **Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR**

**CNPJ 95.640.736/0001-30**

**CEP 87528-000**

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

00 064

## **EXTRATO DE CONTRATO Nº 016/2024**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

**CONTRATADO:** LUCINÉIA CARVALHO QUEIROZ DE OLIVEIRA

**CPF:** 023.835.179-33

**PROCESSO Nº.** 008/2024

**INEXIBILIDADE Nº** 002/2024

Objeto: A **CONTRATADA** “LOCAÇÃO DE 01 (UM) SALÃO COMERCIAL, ENCRAVADO SOBRE O LOTE 01, DA QUADRA 50, LOCALIZADO NA AVENIDA PEDRO AMARO DOS SANTOS, EM ALTO PARAÍSO – PR, COM A FINALIDADE PARA FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE PINTURAS E OUTROS DESTINADOS A SECRETARIA DE CULTURA”.

**VALOR DO CONTRATO:** pela locação do imóvel descrito na Cláusula Primeira, a importância total de R\$ 12.795,00 (doze mil setecentos e noventa e cinco reais), sendo o valor mensal de R\$ 1.066,25 (um mil sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos).

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** 18/04/2025.

**FORUM:** COMARCA DE XAMBRÊ.

PUBLICADO NO JORNAL  
UMUARAMA ILUSTRADO  
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EM 24 / 04 2024

Edição N.º 13.004



## ***Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR***

**CNPJ 95.640.736/0001-30**

**CEP 87528-000**

*Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320*

e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

061

10.1. O acompanhamento e a fiscalização exercidos deverá ser realizado pela Contratante nos termos das exigências legais, sendo de responsabilidade em conformidade com as cláusulas deste Contrato.

10.2. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Alto Paraíso - PR, 19 de Abril de 2024.

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso  
Prefeito Municipal  
Dércio Jardim Júnior

Lucinéia Carvalho Queiroz de Oliveira  
Contratado



# Publicações legais



SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS  
Comarca de Alto Piquiri, Estado do Paraná  
Elma Sueli Belga Ladeia  
Agente Delegada - Decreto 4826/85

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - USUCAPÍO EXTRAJUDICIAL N.º 05/2024

Elma Sueli Belga Ladeia, Agente Delegada do Serviço de Registro de Imóveis da Cidade e Comarca de Alto Piquiri, Estado do Paraná, consubstanciado no artigo 216-A, IV, § 4º, da Lei nº 6.015/73 e artigo 656-E, III, do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná - Foro Extrajudicial.

Faz saber a todos quanto este Edital virem ou dele conhecimento tiverem, em especial o Senhor VITELIO DAL BEM e sua esposa REDENTINA BIACHI DAL BEM, ou eventuais herdeiros e sucessores, que foi protocolado sob nº 60.920, no Livro 1-H, de Protocolo Geral desta Serventia, em 22/01/2024, REQUERIMENTO pelo qual SILVINO ANTONIO CHIAMOLERA, brasileiro, solteiro, portador da C/RG nº 3.152.200-5/SSP/PR, inscrito no CPF/MF nº 058.725.109-34, residente e domiciliado na Estrada Jacaré, nº 3602, Vila Nilza, Iporá, PR., REQUER o reconhecimento do direito de propriedade através da USUCAPÍO EXTRAJUDICIAL, nos termos do artigo 216-A, da Lei nº 6.015/73, do imóvel designados por Lote de Terras nº 14, da Quadra nº 12, perímetro Urbano do Município de Brasilândia do Sul, Comarca de Alto Piquiri - PR., com área de 360,00m², sem benfeitorias. Dentro dos seguintes Limites e Confrontações: AO NOROESTE - Limita-se e confronta-se com a Avenida Brasil, pelo Rumo: SO 35°45' NE, na distância retilínea de 12,00 metros. AO SUDESTE - Limita-se e confronta-se com o Lote de Terras nº 15, pelo Rumo: NO 54°15' SE, na distância retilínea de 30,00 metros. AO SUDESTE - Limita-se e confronta-se com o Lote de Terras nº 03, pelo Rumo: NE 35°45' SO, na distância retilínea de 12,00 metros. AO NORDESTE - Limita-se e confronta-se com o Lote de Terras nº 13, pelo Rumo: SE 54°15' NO, na distância retilínea de 30 metros. Matriculado sob o nº 9.615, desta Serventia, cujo Requerimento vem instruído com a documentação exigida por Lei. O Requerimento e a documentação que o acompanha permanecerão à disposição dos interessados durante o prazo de (15) quinze dias para exame e eventual impugnação, neste Serviço de Registro de Imóveis, localizado na Rua Independência nº 82, Centro, na Cidade de Alto Piquiri - PR., no horário das 8:30 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, em dias úteis. Assim ficam INTIMADOS, os titulares de domínio, herdeiros ou sucessores, terceiros eventualmente interessados e titulares de direitos reais e de outros em relação ao imóvel, a apresentarem impugnação escrita perante o Oficial deste Serviço de Registro de Imóveis, com as razões de sua impugnação e discordância, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da última publicação deste Edital, cientes de que, caso não contestado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros, os fatos alegados pelos Requerentes, sendo reconhecida a USUCAPÍO EXTRAJUDICIAL, com o competente registro nesta Circunscrição, como previsto no artigo 216-A, IV, § 6º, da Lei nº 6.015/73. Alto Piquiri - PR., aos 18 do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e quatorze (19/04/2024).

Elma Sueli Belga Ladeia  
Agente Delegada/Decreto 4826/85

065



Documento Assinado Digitalmente ELMA  
SUELI BELGA LADEIA  
CPF: 41401166920 - 19/04/2024

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 016/2024  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO  
CONTRATADO: LUCINEIA CARVALHO QUEIROZ DE OLIVEIRA  
CPF: 023.835.179-33  
PROCESSO Nº 008/2024  
INEXIBILIDADE Nº 002/2024  
Objeto: A CONTRATADA "LOCAÇÃO DE 01 (UM) SALÃO COMERCIAL, ENCRAVADO SOBRE O LOTE 01, DA QUADRA 50, LOCALIZADO NA AVENIDA PEDRO AMARO DOS SANTOS, EM ALTO PARAÍSO - PR, COM A FINALIDADE PARA FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE PINTURAS E OUTROS DESTINADOS A SECRETARIA DE CULTURA".  
VALOR DO CONTRATO: pela locação do imóvel descrito na Cláusula Primeira, a importância total de R\$ 12.795,00 (doze mil setecentos e noventa e cinco reais), sendo o valor mensal de R\$ 1.066,25 (um mil sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos).  
PRAZO DE VIGÊNCIA: 18/04/2025.  
FORUM: COMARCA DE XAMBRE.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

Estado do Paraná  
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 060/2023 (2023.12.05.0004) CELEBRADO EM 21/03/2023 NO QUAL FIGURA CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA E COMO CONTRATADA A EMPRESA GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS  
Pelo presente TERMO ADITIVO PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 81.478.059/0001-91, com sede na Rua Rio Barbosa nº 815, Centro, no Município de Altônia, na qualidade de CONTRATANTE, e a empresa Governança Brasil S/A Tecnologia e Gestão em Serviços, inscrita no CNPJ sob nº 00.165.960/0001-01, estabelecida à Rua João Pessoa, 1183, 1 e 2º andar - Velha, CEP: 89.036-001 - BLUMENAU - SC, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, prorrogar o prazo do contrato celebrado em 21/03/2023.  
CLÁUSULA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA  
O 2º termo aditivo tem por objetivo acrescentar ao contrato 60/2023, Inexigibilidade Nº 034/2.023 (Contratação de Empresa para fornecimento de Solução através do Emprego da Tecnologia da Informação, a modernização da Administração Municipal da Prefeitura municipal de Altônia, PR)

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

Estado do Paraná  
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR LIMITE Nº. 042/2024  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 078/2024  
TERMO DE DISPENSA  
DE: DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO  
PARA: CLAUDENIR GERVAISON  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA  
Altônia, 23/04/2024.  
Senhor Prefeito,

É dispensável a licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com o Art. 75, inciso I da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, observadas as exigências do Art. 1º, inciso do mesmo diploma legal, bem como em conformidade com o parecer jurídico aos autos.

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA.  
1.1 O presente certame tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento de Computador para uso na Secretaria de Administração, conforme condições, quantidades, exigências estabelecidas neste termo de dispensa e seus anexos:  
ITEM QUANT. UN. DESCRIÇÃO MARCA V. UNIT MÁXIMO  
1. 01 UN Placa Mãe Duex DX H510 Pro Socket  
1200, Memória RAM Macrovip DDR4 8GB 3200MHz SSD 960gb Kingston Placa de Vídeo Nvidia 2GB GeForce GT610 DDR3 - LOW Profile GT610- GRAPHIC  
Kit Gabinete - MONITOR LED 22" LG 22MP410-B HDMI/VGA - LICENÇA WINDOWS 10 PRO  
CF ORÇAMENTO 3.300,00 3.300,00

1.2 O prazo de Vigência da Contratação é de 60 (sessenta) dias, contados a partir da assinatura do contrato.

1.3 EMPRESA CONTRATADA:  
PAULO SERGIO DE CARVALHO - ME, inscrito no CNPJ sob nº 01.691.599/0001-10, com sede na Cidade de Altônia - Paraná, no valor total de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais).  
1.3.1. Os preços unitários e global indicados são respectivamente, o máximo unitário e o máximo global.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:  
A solicitação se justifica pela necessidade da Contratação da Empresa para fornecimento de Microcomputador para Substituição do mesmo para atender necessidade do Hospital Municipal de Altônia.

3. JUSTIFICATIVA DO PREÇO E RAZÃO DA ESCOLHA DA EXECUTANTE DO SERVIÇO:  
3.1. O preço contratado será o MENOR preço final.  
4. CLASSIFICAÇÃO DE BENS E/OU SERVIÇOS E CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE  
4.1. Trata-se de bens comuns, a ser contratado mediante dispensa de licitação.  
4.2. Não incidem critérios de sustentabilidade na presente licitação.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO  
5.1. Foi verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;  
b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));  
c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));  
d) Lista de Inidôneas mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;  
e) Lista de Inidôneas, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE/PR (<http://www.tce.pr.gov.br/>);

5.1.1. A consulta aos cadastros foi realizada em nome da empresa fornecedora e, tendo sido seu usuário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.2. A habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos contratos, sendo:

5.2.1. Para fins de habilitação jurídica, foi anexada a inscrição do ato constitutivo;  
5.2.2. Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista, foram anexados os seguintes documentos:

5.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;  
5.2.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional;  
5.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);  
5.2.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;  
5.2.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE  
6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;  
6.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceite e recebimento definitivo;

6.1.3. Conferir as informações constantes na Nota Fiscal, se estão de acordo com o edital;  
6.1.4. Comunicar ao Contratado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto prestado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de Comissão/servidor especialmente designado;

6.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.1.7. Observar e cumprir os demais itens - anteriores e posteriores - deste Instrumento ou haja uma definição/descrição de uma necessidade, uma responsabilidade, uma exigência e uma condição para o fornecimento dos bens objeto do presente processo licitatório que, de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência, constituam obrigações da Contratada.

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO  
7.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e a proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. Efetuar a entrega do objeto conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: condições, especificações e demais constantes no edital;

7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 13 e 17 da Lei nº 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que anteceder a data da entrega, os motivos que impossibilitarem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

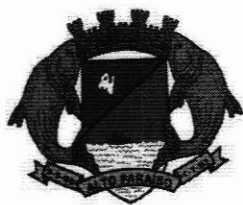
7.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

066

## PORTARIA N.º 081/2024

DATA: 24/04/2024

PUBLICADO NO JORNAL  
GUARAMA ILUSTRADO  
DO OFICIAL DO MUNICÍPIO  
25 / 04 / 2024  
Edição N.º 13.005

**SÚMULA:** DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE **GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS** NO ÂMBITO DO EXECUTIVO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO – PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal 14.133/21.

### RESOLVE:

**Art. 1º** Fica designado, sem prejuízo dos vencimentos e das atividades normalmente desenvolvidas, os servidores públicos do Executivo abaixo descrito, para exercerem as funções de Gestor e Fiscal de Contrato na Inexigibilidade n. 002/2024, a saber:

#### Gestor:

TAYNARA SILVERIO DE OLIVEIRA SANTOS – CPF: 080.247.989-80;

#### Fiscal Administrativo:

EUDINETE DA SILVA PEDROTA – CPF: 030.789.829-63.

**Art. 2º** Ao Gestor de Contratos cabe garantir a adoção das providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, zelando pela garantia do interesse público, promovendo as medidas adequadas ao caso, bem como, demais atribuições determinadas pela lei 14.133/2021.

**Art. 3º** Ao Fiscal de Contratos cabe o acompanhamento do contrato administrativo para o qual foi designado, proporcionando à contratante e ao contratado todos os meios legais para assegurar o cumprimento eficiente e eficaz do objeto contratual, assim como demais atribuições determinadas pela Lei 14.133/2021, observada a função para a qual foi designado.

**Art. 4º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Alto Paraíso-Pr., aos 24 dias do mês de Abril de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR  
Prefeito Municipal



JOEL ANANIAS DE OLIVEIRA RADULSKI, regularmente inscrito no CNPJ 45.025.594/0001-23, com sede na Rua Jose Cardoso da Silva nº 1376, Bairro Centro, na Cidade de Brasília do Sul - PR, CEP 87.595-000, neste ato representada por sua representante legal, a Senhora Sueli Ananias de Oliveira Radulski, empresária, brasileira, portadora da Cédula de Identidade, R.G. nº 8.250.107-0, inscrita no C.P.F./MF nº 029.097.819-09, residente na Rua Jose Cardoso da Silva nº 1376, Bairro Centro, na Cidade de Brasília do Sul - PR, CEP 87.595-000.

**DORAVANTE DENOMINADAS DETENTORAS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS.**

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE ITENS PARA A REALIZAÇÃO DE COFFEE BREAK NOS EVENTOS, REUNIÕES E CURSOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE BRASÍLIA DO SUL - PR, de acordo com as especificações contidas no Anexo III, conforme segue:

\* LUCIA MARIA DA SILVA 47065155900 - CNPJ 26.083.983/0001-60:

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca/ Especificação
7	20744	SALGADO FRITO SABORES DIVERSOS (CARNE, QUEIJO, FRANGO E PIZZA)	OUTRAS	250	R\$ 73,900000	R\$ 18.475,00	PRÓPRIA
8	20745	SALGADO TIPO PASTEL DE VENTO FRITO - SABORES DIVERSOS (CARNE, FRANGO, QUEIJO E PIZZA)	OUTRAS	200	R\$ 73,900000	R\$ 14.780,00	PRÓPRIA

Valor Total do Contrato: R\$ 33.255,00 (trinta e três mil duzentos e cinquenta e cinco reais)

\* SMK DOS SANTOS GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA - CNPJ 07.584.359/0001-00

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca/ Especificação
1	3508	ÁGUA MINERAL 500 ML	Unid	1000	R\$ 2,100000	R\$ 2.100,00	ZAELI
3	20740	BOLO SIMPLES SABORES DIVERSOS (LARANJA, FUBA, CHOCOLATE COM COBERTURA, CENOURA COM COBERTURA)	Kg	200	R\$ 23,150000	R\$ 4.630,00	NOVA UNIÃO
4	20741	MINI PÃO FRANCES COM PRESUNTO E MUSSARELA	Und	3000	R\$ 3,200000	R\$ 9.600,00	NOVA UNIÃO
5	20742	REFRIGERANTE 2 LITROS SABORES DIVERSOS (COLA, LARANJA, LIMÃO E GUARANÁ)	Und	500	R\$ 4,800000	R\$ 2.400,00	CONTI
6	20743	SALGADO ASSADO - SABORES DIVERSOS (CARNE, QUEIJO, FRANGO E PIZZA)	OUTRAS	250	R\$ 75,000000	R\$ 18.750,00	NOVA UNIÃO
9	20746	SANDUICHE NATURAL - COMPOSTO DE PÃO DE FORMA, PATE (FRANGO DESFIADO OU SARDINHA) E ALFACE	Und	2500	R\$ 7,400000	R\$ 18.500,00	NOVA UNIÃO
10	20747	SUCO NATURAL - SABORES DIVERSOS (LARANJA, ABACAXI, ACEROLA)	LT	1000	R\$ 8,750000	R\$ 8.750,00	NOVA UNIÃO
11	20748	TORTA SALGADA SABORES DIVERSOS (CARNE MOIDA, FRANGO DESFIADO, SARDINHA)	Kg	40	R\$ 39,000000	R\$ 1.560,00	NOVA UNIÃO

Valor Total do Contrato: R\$ 66.290,00 (sessenta e seis mil, duzentos e noventa reais)

\* SUELI ANANIAS DE OLIVEIRA RADULSKI 02909781909 - CNPJ 45.025.594/0001-23

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca/ Especificação
2	20739	BOLO CONFEITADO SABORES DIVERSOS	Kg	200	R\$ 50,900000	R\$ 10.180,00	PRÓPRIA

Valor Total do Contrato: R\$ 10.180,00 (dez mil cento e oitenta reais)

VALOR TOTAL: R\$ 109.725,00 (cento e nove mil setecentos e vinte e cinco reais)

O FORNECIMENTO SERÁ REALIZADO DE FORMA PARCELADA, CONFORME A NECESSIDADE SOLICITADA E A ENTREGA DEVERÁ SER EFETUADA NOS TERMOS DO EDITAL AO MUNICÍPIO DE BRASÍLIA DO SUL.

AMPARO LEGAL: LEI FEDERAL Nº 14.133/2021; Decretos Municipais nºs 003 e 008 de 2024; Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

VIGÊNCIA: 12 MESES, podendo ser prorrogável por igual período.

DATA DA ASSINATURA: 24/04/2024.

BRASÍLIA DO SUL - PR, 24 de abril de 2024.

ALEX ANTONIO CAVALCANTE  
Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná  
DECRETO Nº 171/2024

Data: 24.04.2024

Ementa: não atendimento ao Edital de Convocação nº 004/2024, referente ao Processo Seletivo Público Simplificado 001/2023, aberto pelo Edital nº 001/2023, conforme específica.

O Prefeito do Município de Guaira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica de Guaira, e, considerando que os candidatos a seguir mencionados, não atenderam ao Ato Convocatório de nº 004/2024 referente ao Processo Seletivo Público Simplificado 001/2023, aberto pelo Edital nº 001/2023, devidamente publicado no Jornal Umuarama Ilustrado e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, e, ainda, considerando o memorando online sob o nº 1.646/2023,

DECRETA:

Art. 1º Ficam considerados como desistentes e substituídos, na sequência, pelo imediatamente classificado, nos termos do item 13.14 do Edital de Abertura do Processo Seletivo Público Simplificado nº 001/2023, os candidatos a seguir mencionados, em razão do não comparecimento no prazo fixado no Edital de Convocação nº 004/2024:

Função de Professor	Classificação	Inscrição nº
Nome	46º	319
Rosilene Leite Latrônico	47º	660
Tatiane Borges de Oliveira Silva	48º	262
Adriane Aparecida de Souza Lopera	49º	17
Loiana Pulita	50º	720
Maria Luisa Garcia Canato	51º	97
Cintia Pires Inéia	53º	128
Kathleen Cristina Almeida Celini de Souza	54º	31
Paula Gabrielle Gonçalves Joenck Castro	55º	216
Dalce Maria Gonçalves da Silva	56º	281
Aline Cristina da Silva		

Função de Professor - Afrodescendente	Classificação	Inscrição nº
Nome	14º	120
Débora Cristina da Conceição		
Função de Professor de Educação Infantil	Classificação	Inscrição nº
Nome	6º	605
Noely Aparecida Franco		
Função de Professor de Educação Infantil - Afrodescendente	Classificação	Inscrição nº
Nome	3º	665
Daniele Joice Barrios		

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaira, Estado do Paraná, em 24 de abril de 2024.  
HERALDO TRENTO  
Prefeito Municipal

realizada e homologada no Município de Guaira, com o nº 14.133/21, 10.520/02, consoante a Lei Federal nº 14.133/21, 10.520/02, Complementar nº 123/06, Lei Complementar nº 147/14, Municipal nº 2.460/22, cuja finalidade tem por receber propo

conforme descrição no anexo I do edital, que visa atender

dotações Orçamentárias da Municipalidade.

LOCAL: Plataforma BLL ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)).

MODO DE DISPUTA: Aberto.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por lote (item).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até as 13h30 do dia 15/05/2024

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: ÀS 14h DO DIA 15/05/2024

OBJETO: Contratação de empresa jornalística com circulação mínima

(seis) dias na semana, para prestação de serviços de publicação dos atos

do Município de Cidade Gaúcha, compreendendo as publicações de

Decretos, Portarias, editais, avisos, notificações, atos de pr

administrativos, licitações, contratos, resumos de contratos, concursos

seletivos, etc. emitidos pelo poder executivo e legislativo municipal, co

municipais e fundos especiais.

Poderão participar desta licitação, pessoas jurídicas que atu

ramo pertinente ao objeto licitado, observada as con

stantes no Edital e seus anexos.

A cópia do Edital estará disponibilizada a disposiç

interessados, nos seguintes endereços eletr

[www.bllcompras.com](http://www.bllcompras.com) e [www.cidadegaucha.pr.gov.br](http://www.cidadegaucha.pr.gov.br).

informações de interesse, serão prestadas pelo Pregoe

Geovane Martins de Souza, nomeado pela Portaria nº 067/20

Cidade Gaúcha - PR; 24 de abril de 2024.

HENRIQUE DOMINGUES  
Prefeita Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná

PORTARIA Nº 198/2024

Data: 24.04.2024

Ementa: instaura Procedimento Administrativo Disciplinar e constitui Comissão pa

ressalvar os interesses da Administração Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guaira, Estado do Paraná, no uso das suas atribuiç

conferidas pela Lei Orgânica do Município de Guaira, considerando as disposiçõe

nº 1.246/2003, e artigo 46 e seguintes da Lei Municipal nº 2.279/2023, e, ainda,

memorando online sob o nº 3093/2023,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Procedimento Administrativo Disciplinar em desfavor de G. T. D

apurar suposta responsabilidade do servidor e ressalvar os interesses da Adm

Municipal.

Art. 2º Designar os servidores públicos municipais a seguir, para, sob a presid

constituírem a respectiva Comissão:

Função Nome Matrícula Nº

Presidente Natalia Maria de Oliveira de Souza Pedrozo 29859-01

Membro Nilson Bintencourt Gomes da Silva 29700-05

Membro Diane Kelly Silmann de Castro Lima 30597-01

Art. 3º O prazo para a Comissão concluir os seus trabalhos é de 60 (sessenta)

Art. 4º Fica atribuída a gratificação no valor de R\$ 414,84 (quatrocentos reais)

encargos especiais, nos termos da Lei Municipal nº 2.279/2023.

§ 1º A gratificação não se aplica aos membros que possuírem cargo de provim

ou Função Gratificada ou ainda que recebem outra espécie de gratificação,

acumulação de gratificações.

§ 2º A gratificação será paga integralmente no mês seguinte ao da publicação d

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUEM-SE, PUBLIQUEM-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaira, Estado do Paraná, em 24 de abril

HERALDO TRENTO

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PAR

Estado do Paraná

PORTARIA Nº 081/2024

Data: 24/04/2024

SÚMULA: DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA EXER

DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS NO ÂMBITO DO EXECUTIV

MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO - PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atrib

atendendo ao disposto na Lei Federal 14.133/21.

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado, sem prejuízo dos vencimentos e das atividades normal

os servidores públicos do Executivo abaixo descrito, para exercerem as funç

de Contrato na Inexigibilidade n. 002/2024, a saber:

Gestor:

FAYNARA SILVERIO DE OLIVEIRA SANTOS - CPF: 080.247.989-80;

Fiscal Administrativo:

EUDINETE DA SILVA PEDROTA - CPF: 030.789.829-63.

Art. 2º Ao Gestor de Contratos cabe garantir a adoção das providência

cumprimento das cláusulas contratuais, zelando pela garantia do interesse

as medidas adequadas ao caso, bem como, demais atribuições determina

Art.3º Ao Fiscal de Contratos cabe o acompanhamento do contrato admini

designado, proporcionando à contratante e ao contratado todos os meios le

cumprimento eficiente e eficaz do objeto contratual, assim como demais at

determinadas pela Lei 14.133/2021, observada a função para a qual foi desig

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogand

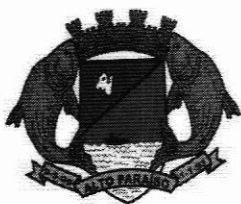
contrário.

Alto Paraíso-Pr., aos 24 dias do mês de Abril de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR

Prefeito Municipal





# **Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR**

**CNPJ 95.640.736/0001-30**

**CEP 87528-000**

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

068

DO DEPTO DE LICITAÇÃO

PARA: **Fiscal Administrativo:** EUDINETE DA SILVA PEDROTA – CPF: 030.789.829-63

**Processo Nº. 008/2024**

**Inexigibilidade Nº. 002/2024**

**Contrato Nº 016/2024.**

**Objeto:** LOCAÇÃO DE 01 (UM) SALÃO COMERCIAL, ENCRAVADO SOBRE O LOTE 01, DA QUADRA 50, LOCALIZADO NA AVENIDA PEDRO AMARO DOS SANTOS, EM ALTO PARAÍSO – PR, COM A FINALIDADE PARA FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE PINTURAS E OUTROS DESTINADOS A SECRETARIA DE CULTURA”.

Nesta data, remeto ao responsável acima em epígrafe cópia do contrato nº 016/2024 para que possa atuar como fiscal de contrato e demais atribuições determinadas pela Lei 14.133/2021, observadas a função para a qual foi designado.

Em 25/04/2024

Valdemir Ribeiro Sparapan  
Agente de Contratação

## **TERMO DE RECEBIMENTO**

Nesta data recebi cópia do contrato nº 016/2024, bem como portaria nº 081/2024.

Em 25/04/2024

Eudinete da Silva Pedrotta  
EUDINETE DA SILVA PEDROTA  
Fiscal de Contrato





# **Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR**

**CNPJ 95.640.736/0001-30**

**CEP 87528-000**

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

069

DO DEPTO DE LICITAÇÃO

PARA: **Gestor:**

TAYNARA SILVERIO DE OLIVEIRA SANTOS – CPF: 080.247.989-80

**Processo Nº. 008/2024**

**Inexigibilidade Nº. 002/2024**

**Contrato Nº 016/2024.**

**Objeto:** LOCAÇÃO DE 01 (UM) SALÃO COMERCIAL, ENCRAVADO SOBRE O LOTE 01, DA QUADRA 50, LOCALIZADO NA AVENIDA PEDRO AMARO DOS SANTOS, EM ALTO PARAÍSO – PR, COM A FINALIDADE PARA FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE PINTURAS E OUTROS DESTINADOS A SECRETARIA DE CULTURA”.

Nesta data, remeto aos responsáveis acima em epígrafe cópia do contrato nº 016/2024 para que possam atuar como gestor de contrato e demais atribuições determinadas pela Lei 14.133/2021, observada a função para a qual foi designado.

Em 25/04/2024

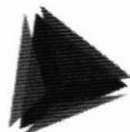
Valdemir Ribeiro Sparapan  
Agente de Contratação

## **TERMO DE RECEBIMENTO**

Nesta data recebi cópia do contrato nº 016/2024, bem como portaria nº 081/2024.

Em 25/04/2024

TAYNARA SILVERIO DE OLIVEIRA SANTOS  
Gestor de Contrato

**TCEPR**  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

070

[Voltar](#)

## Registrar processo licitatório

## Informações Gerais

Município ALTO PARAÍSO

Entidade Executora MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO

Os campos Ano, Nº e Modalidade devem ser iguais aos informados (à informar) no SIM-AM

Ano\* 2024

Modalidade\* Processo Inexigibilidade ▼

Nº licitação/dispensa/inexigibilidade\*

2

## Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito

A licitação utiliza estes recursos? ☐

Número edital/processo\* 0082024

Descrição do Objeto\*

LOCAÇÃO DE 01 (UM) SALÃO COMERCIAL, ENCRAVADO SOBRE O LOTE 01, DA QUADRA 50, LOCALIZADO NA AVENIDA PEDRO AMARO DOS SANTOS, EM ALTO PARAÍSO - PR, COM A FINALIDADE PARA FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE PINTURAS E OUTROS DESTINADOS A SECRETARIA DE CULTURA.

Forma de Avaliação - Selecionar - ▼

Dotação Orçamentária\*

2695233903615000006021339200

☐ A entidade optou pelo sigilo do valor estimado do objeto da licitação? (artigo 34 da Lei Federal 13.303/2016)

Preço máximo/Referência de preço - 12.795,00

R\$\*

Data Publicação Termo ratificação 19/04/2024

Confirmar

CPF: 6633488971 ([Logout](#))